



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO E DA FAMÍLIA NA PREVENÇÃO DA INDISCIPLINA ESCOLAR

Fábio Alves Barbosa

Professora-orientadora Mestre Rita Santana dos Santos
Professor monitor-orientador Mestre Liceros Alves dos Reis

Brasília (DF), 18 de maio de 2013.

Fábio Alves Barbosa

**IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO E DA FAMÍLIA NA
PREVENÇÃO DA INDISCIPLINA ESCOLAR**

Monografia apresentada à banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica, sob orientação da Professora-orientadora Mestra Rita Santana dos Santos e do Professor monitor-orientador Mestre Liceros Alves dos Reis.

TERMO DE APROVAÇÃO

Fábio Alves Barbosa

IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO E DA FAMÍLIA NA PREVENÇÃO DA INDISCIPLINA ESCOLAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Mestre Rita Silvana Santana dos Santos
(Professora-orientadora)

Mestre Fernanda Bartoly Gonçalves Lima
(Examinadora externa)

Mestre Liceros Alves dos Reis
(Tutor-orientador)

Brasília, 18 de maio de 2013.

DEDICATÓRIA

A Luciene Guedes, pedagoga, professora de alunos especiais, esposa, amiga, companheira, referencial e exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão e combustível de tudo o que sou e faço.

Ao Centro de Ensino Fundamental 15 do Gama, pelos anos de parceria no trabalho, e por me eleger Coordenador pedagógico por vários anos.

À Diretora Ana Elen Ferreira pela confiança e oportunidade de trabalho na Supervisão Pedagógica.

À família que sempre esteve comigo, apoiando e compreendendo em todos os momentos, nos bons e nos adversos.

A vida é uma grande escola que pouco ensina para quem não sabe ler.

(Augusto Cury, 2010, p.78)

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é o de fazer uma relação entre a indisciplina no ambiente escolar com a necessidade de uma nova concepção de proposta curricular e a participação da família do aluno na vida escolar deste, e em todo o processo pedagógico da escola. Como objetivos específicos, pretende-se mostrar como alguns aspectos podem ser efetivos na diminuição da indisciplina no Centro de Ensino Fundamental 15 do Gama-DF, como: a participação da família do aluno em sua vida escolar, no planejamento, execução e avaliação de projetos e ações da escola; uma alteração da proposta curricular da escola, levando em conta as particularidades da sua realidade, sem se esquecer dos parâmetros curriculares nacionais; situar o coordenador pedagógico como uma figura de imprescindível ator em todo esse processo. Para desenvolver esta pesquisa, optou-se por uma metodologia de abordagem qualitativa e quantitativa de informações, que servem de suporte para análises referentes à temática abordada. Foi realizada, portanto, uma pesquisa descritiva. Com aplicação de um questionário contendo 21 perguntas, aplicado a uma amostra de 224 famílias da comunidade escolar da referida instituição de ensino, e as respostas foram a fonte da coleta de dados, procedendo-se a seguir uma análise qualitativa e quantitativa desses dados. Concluiu-se que as turmas onde o acompanhamento foi mais efetivo apresentaram melhores rendimentos ao longo do ano letivo de 2012.

Palavras-chave: Indisciplina; Currículo; Família.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Avaliação por parte da família com relação ao incentivo dado pela escola para participação na construção dos projetos desta	34
Gráfico 2 - Avaliação por parte da família com relação ao incentivo dado pela escola para participação nas atividades escolares do filho	35
Gráfico 3 - Autoavaliação da família quanto à sua iniciativa e participação na vida escolar do filho	36
Gráfico 4 - Estatística de aprovação das turmas de 5ª série ano 2012	36
Gráfico 5 - Estatística de aprovação das turmas de 6ª série ano 2012	37
Gráfico 6 - Estatística de aprovação das turmas de 7ª série ano 2012	38
Gráfico 7 - Estatística de aprovação das turmas de 8ª série ano 2012	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DA INDISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	12
1.1 Disciplina, moral e vergonha.....	12
1.2 O porquê da indisciplina.....	13
1.3 Contra a indisciplina na escola.....	15
2 DO CURRÍCULO ESCOLAR.....	17
2.1 O Papel da Escola	18
2.2 Mudanças na proposta curricular	20
2.3 Combate à evasão e à repetência	23
3 DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA DA ESCOLA	26
3.1 Aspectos familiares influenciam na vida escolar	26
3.2 Importância da participação ativa da família na escola.....	28
4 ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	41
4.1 Autonomia da escola na elaboração da proposta curricular.....	41
4.2 Ações do coordenador pedagógico.....	44
4.2.1 Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação	45
4.2.2 Promover formação continuada aos docentes	45
4.2.3 Envolver a família do aluno no processo educativo	46
4.2.4 Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.	47
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO	51

INTRODUÇÃO

Um dos assuntos mais intensos no cotidiano do Centro de Ensino Fundamental 15 do Gama - DF – denominado simplesmente CEF 15 Gama – é a questão da indisciplina escolar por parte dos alunos, especialmente no ambiente da sala de aula.

Este é um assunto que tem tomado o tempo das coordenações pedagógicas e em muitas das conversas pelos corredores. A preocupação com essa situação toma a quase totalidade dos conselhos de classe.

A indisciplina escolar é algo tão relevante que a escola possui uma coordenação específica para tratar das questões disciplinares dos alunos. E certamente é o setor mais movimentado na rotina escolar. São diversos atendimentos diários, através de encaminhamentos que vão desde fatos mais “leves”, como conversa paralela excessiva, como situações consideradas mais graves, como agressões ou tráfico de drogas.

A Direção da escola gasta muito tempo em atendimentos a pais/responsáveis de alunos considerados flagrados em condutas de indisciplina, especialmente as mais graves.

As questões disciplinares prejudicam muito o trabalho pedagógico na escola. Minam as forças e dizima o tempo que deveria ser gasto com planejamento e ações pedagógicas efetivas para o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, todo esse movimento causado pelos atendimentos de indisciplina provoca um estresse, um desgaste físico e emocional nos coordenadores e na Direção, e também nos professores, que sentem frustradas suas tentativas de executar as aulas da forma que haviam sido planejadas. Isso acaba levando a uma falta de motivação, e uma consequente perda de qualidade no trabalho do docente. Naturalmente, todo o trabalho pedagógico na escola fica demasiadamente prejudicado.

No ano de 2012 foi realizada uma pesquisa de campo com os pais dos alunos do CEF 15 Gama. Foi aplicado um questionário no mês de dezembro a uma amostra significativa de pais, que tratava da participação destes na vida escolar dos filhos, incluindo o acompanhamento dos estudos, das tarefas, bem como a participação no planejamento e execução de projetos e ações pedagógicas da escola. Comparando-se os resultados com os rendimentos dos alunos, percebeu-se que as séries dos

alunos cujos pais se declararam mais participativos na vida escolar de seus filhos foram as que apresentaram melhores rendimentos. Por outro lado, notou-se ainda que os resultados poderiam ter sido melhores, se houvesse maior interesse dos alunos aos estudos ao longo do ano letivo.

Neste sentido, este trabalho teve como objetivo geral abordar alguns aspectos de como a indisciplina pode ser minimizada por meio do acompanhamento da família na vida escolar do filho e na participação mais ativa nos projetos e ações da escola, além de uma adequação do currículo escolar à realidade atual além de uma atuação adequada da Coordenação Pedagógica diante dessas questões.

Como objetivos específicos, pretendeu-se primeiramente discutir a problemática da indisciplina na escola, levando-se em conta os aspectos pedagógicos, punitivos e sociais. Depois, no intuito de se discutir formas de minimizar este problema, serão abordados aspectos como: a importância da participação da família na vida escolar de seus filhos, bem como na participação desta no que diz respeito ao planejamento, execução e avaliação de projetos e ações da escola; a importância de maior autonomia da escola para se adequar uma proposta curricular à sua realidade, naturalmente sem se esquecer dos parâmetros curriculares nacionais; a importância da figura do coordenador pedagógico como um importante articulador de todo esse processo.

1 DA INDISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR

Muito se fala no cotidiano escolar a respeito deste tema, mas a definição de indisciplina não é algo tão simples. O que os professores demonstram entender como disciplina de seus alunos é o conjunto de normas e regras a serem seguidas. Assim, a indisciplina seria a quebra destas, seja por revolta ou por desconhecimento. (DE LA TAILLE, 1996).

Dizer que os alunos não conhecem as regras e normas seria subestimar a mínima capacidade de entendimento, o que definitivamente não se supõe. Ao contrário, percebe-se nos alunos uma capacidade acurada de compreensão, percepção do mundo ao seu redor e desejo de conhecimento. As regras disciplinares que os professores desejam ver seus alunos seguindo são bastante intuitivas: silêncio absoluto na sala de aula, fazer as tarefas dentro do prazo e das condições requisitadas, não se envolver com violência, *bullying*, trazer o material para a escola, respeito total ao professor e aos colegas, comportamento exemplar de obediência, enfim. Todas as atitudes que se esperam – e as que não se desejam – procura-se, a cada ano, prever em um documento chamado de Regimento Interno da escola, que é trabalhado na primeira semana, preferencialmente no primeiro dia de aula com todos os alunos da escola, a fim de esclarecer seus direitos, deveres e o que lhe é vedado no ambiente escolar. (AQUINO, 1996).

Em suma, a indisciplina no ambiente escolar pode ser entendida, de acordo com a visão dos professores, como uma pura prática de desobediência às regras e à não observância dos valores morais e de conduta. Nesse aspecto, a indisciplina no ambiente escolar – e semelhantemente no ambiente familiar – pode ser definida essencialmente em uma palavra: desobediência.

1.1 Disciplina, moral e vergonha

A partir desta definição de indisciplina, segundo De La Taille (1996) o adolescente tem a prática da obediência devido a duas questões: moral e vergonha. No primeiro aspecto, o aluno obedece – é disciplinado – porque sabe que deve cumprir as regras, e essa conduta faz parte dos seus valores de caráter. No outro aspecto, a obediência acontece pelo medo de passar vergonha publicamente, diante dos colegas, dos professores, e demais funcionários da escola.

Além dessa visão simplificada, a relação entre moral e vergonha é bem mais ampla e profunda, e os dois aspectos estão entrelaçados. O indivíduo sente a necessidade de ser bem visto socialmente, buscando, portanto, construir essa imagem própria positiva diante da sociedade. Os valores e regras que delinearão sua conduta moral estão impostos pela família, pelo regimento da escola, e pelo senso comum da sociedade. Portanto, cabe ao indivíduo obedecer às regras e introjetar os valores que a sociedade espera e deseja, para andar de acordo com o que se considera como normal e próprio de uma pessoa respeitável. (DE LA TALLE, 1996).

O fracasso nessa busca de uma conduta moral certamente fará, mais cedo ou mais tarde, com que o indivíduo tenha vergonha, pois será cobrado de alguma forma por não ter agido do modo esperado. O medo da vergonha, então, seria o fator provocador de uma conduta de obediência. (DE LA TAILLE, 1996).

Essa cobrança acontece em vários níveis e instâncias. Começa na família, com as regras e valores que tenta introjetar na criança, e o filho cresce sob a expectativa de corresponder à educação que lhe foi dada. Continua na escola, no contexto de todas as regras que o aluno tem que seguir dentro da instituição, e também há uma expectativa de que esse indivíduo corresponda ao que lhe foi ensinado/outorgado em sua conduta. E isso se reflete na sociedade, ao longo de sua vida. (CURY, 2010).

1.2 O porquê da indisciplina

Focando no ambiente escolar, essas regras ainda são seguidas por uma boa parte dos alunos, mas há um número cada vez maior de atendimentos da coordenação disciplinar dos alunos que as quebram. Há algumas questões disciplinares que vão além de aspectos simplesmente pedagógicos, de cunho externo, como tráfico de drogas ou episódios de violência com motivações externas como passionais, por exemplo. No entanto, ao se fazer um levantamento dos atendimentos da Coordenação Disciplinar da escola, a maioria esmagadora das questões disciplinares tem um pano de fundo pedagógico, como não obedecer a comandos do professor, conversa paralela em excesso, mexer com os colegas, não realizar as tarefas, não trazer o material didático para acompanhar as aulas, além de uma queixa de desinteresse por parte dos alunos quanto aos estudos.

Nesse aspecto, o que se pergunta é por que tais alunos agem dessa forma? Arroyo (2011) associa o aluno, a família e a escola como imagens que vão mudando ao longo dos tempos. A imagem do aluno de décadas atrás era uma, e a imagem do aluno hoje é diferente. O fato é que a sociedade e, conseqüentemente os alunos das escolas não são mais os mesmos. Isso é observável se comparados os alunos de hoje aos que estudavam na educação básica há duas ou três gerações. Dessa forma, o que fora adequado no passado pode não funcionar mais na atualidade. Arroyo (2011) trata dessa questão como imagens a serem quebradas e reformuladas. Os modelos, metáforas e imagens que os professores têm da educação – de quando eles eram os alunos – não coincidem com o quadro que se tem dos alunos de hoje.

Mas que imagens estão sendo colocadas no lugar? Estamos em tempos de rápida substituição das imagens inocentes da infância. Nos assusta que as indisciplinas e a violência cheguem às ruas, aos morros e até às escolas. Nos assustam as condutas dos “menores”. Nos surpreende que aqueles que víamos como o ideal de bondade e inocência tenham se tornado símbolo da maldade e da violência, É a nova imagem. (ARROYO, 2011, p. 11-12).

Há uma concordância dos autores e pensadores de Pedagogia nesse sentido. Aquino (1996) acrescenta ainda o aspecto histórico da escola. A escola até há alguns anos tinha um caráter elitista e conservador, pronta para atender às classes elitistas, mais privilegiadas social e economicamente. O advento da democratização do ensino, no aspecto do acesso de todos à escola, é algo recente, da última década. É natural que, em se mudando a imagem da clientela mudar-se-á a imagem da instituição. Imagem, aqui, no sentido de estrutura, características, de *modus operandi*.

Dessa forma, uma escola estruturada há tanto tempo para atender a uma clientela, de repente se vê abarcando outro tipo de aluno, com outras perspectivas, outra bagagem cultural, social, econômica e de mentalidade. Seria muita ingenuidade pensar que a escola consiga ter sucesso agindo da mesma forma de outrora.

Indisciplina, então, seria sintoma de injunção de escola idealizada e gerida para um determinado tipo de sujeito e sendo ocupada por outro. Um quadro difuso de instabilidade gerado pela confrontação deste novo sujeito histórico a velhas formas institucionais cristalizadas. Denotaria a tentativa de rupturas, pequenas fendas em um edifício secular, como é a escola, potencializando assim uma

transação institucional de um modelo autoritário de conceber e efetivar a tarefa educacional para um modelo menos elitista e conservador. (AQUINO, 1996, p. 45).

Uma das questões que se discute há alguns anos nas coordenações pedagógicas do CEF 15 Gama é delimitar o que é pedagógico e o que é disciplinar, a fim de se definir o trabalho e a função de cada setor da escola. No entanto, segundo De La Taille, (1996), Aquino (1996) e Arroyo (2011) essa dicotomia entre disciplinar e pedagógico não existe, porque a indisciplina tem, em quase a totalidade das vezes, cunho pedagógico.

A indisciplina assume uma função pedagógica, sendo em grande medida, uma forma de comunicação e de expressão ou então de luta e fuga. É uma manifestação do contrapoder do aluno, de modo a pressionar o professor a criar situações mais favoráveis. (AQUINO, 1996, p. 38).

Assim, a indisciplina ganha aspectos pedagógicos quando está relacionada não apenas com as características pessoais do aluno ou do professor, o que interfere diretamente no relacionamento entre eles na sala de aula, mas principalmente na proposta pedagógica da escola, incluindo o currículo, didática e metodologia utilizados.

1.3 Contra a indisciplina na escola

Segundo De La Taille (1996), o que a escola tende a praticar para inibir a indisciplina – e isso de fato é observado no discurso da quase totalidade dos professores do CEF 15 Gama – no sentido de se tratar a indisciplina dos alunos no ambiente escolar é a repressão. Utilizar o aspecto da vergonha para reprimir qualquer intenção de atitude fora da moral e das regras disciplinares. A humilhação, fazer o aluno passar vergonha. Mesmo que não seja uma exposição pública, perante os colegas, mas o fato de encaminhar à coordenação disciplinar ou à direção para levar uma advertência e uma bronca, incluindo ameaças de chamar a família e em casos mais graves até sugerir uma transferência de escola sob a premissa de que na escola há lugar somente para os que querem estudar.

Sem a intenção de julgar essa concepção ou essas práticas, mesmo porque é um mecanismo que se tem nas mãos de acordo com a estrutura política e social que a escola vive, pondera-se apenas que essas ações podem ter duas consequências antagônicas. Um aluno pode, por meio da vergonha e pelo medo da cobrança de

sua família, passar a obedecer mais às regras da escola. Nesse caso, a ação da coordenação disciplinar terá contribuído para que o aluno seja mais disciplinado – obediente. Por outro lado, outro aluno pode encarar isso de forma oposta, se julgar que não consegue ser obediente. Pode, então, de forma antagônica, passar agir com mais rebeldia, num instinto de desafio às regras impostas que ele não consegue seguir, seja por comodismo, incapacidade ou simplesmente por não querer. Nesse caso, “ao invés de prevenir delitos, os promove, pois temer decair perante os olhos alheios e ser humilhado não são a mesma coisa.” (DE LA TAILLE, 1996, p. 23).

Que a indisciplina atrapalha a rotina escolar e o processo de aprendizagem do aluno, isso é fato e, portanto, precisa ser combatida. No entanto, a escola precisa assegurar que sua ação contra a indisciplina reforce no aluno o sentimento de sua dignidade como ser moral, para não correr o risco de se conseguir o efeito contrário.

E para isto, resta à escola uma solução: lembrar e fazer lembrar, em alto e bom tom, a seus alunos e à sociedade como um todo que sua finalidade principal é a preparação para o exercício da cidadania. E, para ser cidadão, são necessários sólidos conhecimentos, memória, respeito pelo espaço público, um conjunto mínimo de normas de relações interpessoais e diálogo franco entre olhares éticos. (DE LA TAILLE, 1996, p. 23).

Disciplina passa pelo conceito de cidadania. Formar o aluno não é apenas ensinar conceitos científicos ou acadêmicos, mas também aspectos de cidadania, ética, conduta. Se a escola é o considerado o ambiente de aprendizado por excelência, então que tal a escola também ensinar cidadania? Não de forma cega ou alienada, mas inteligente e racional. Em outras palavras, cidadania e disciplina também se aprendem na escola.

2 DO CURRÍCULO ESCOLAR

Diante do que foi exposto, percebe-se que algo precisa ser feito para que o processo de ensino-aprendizagem não seja prejudicado pela indisciplina no ambiente escolar. No entanto, não são apenas ações pontuais ou específicas de repressão ou coibição, mas requer transformações profundas na estrutura do processo pedagógico, incluindo o currículo escolar.

A concepção de currículo está diretamente ligada ao papel da escola. Aquino (1996) lembra pelo menos três dimensões do papel essencial da escolarização: A dimensão epistêmica do ensino, isto é, a escola deve transmitir aos alunos os conhecimentos acumulados ao longo da história; uma dimensão socializante, que remete à preparação do adolescente para o convívio em sociedade, como um cidadão; e por fim a dimensão profissionalizante da educação, com a finalidade de assegurar ao educando uma qualificação para o mercado de trabalho.

A partir dessa tríade, qual é, afinal, qual o verdadeiro papel da escola, isto é, qual é a escola que se deseja? A resposta a esta pergunta é o ponto de partida para a elaboração e construção da proposta curricular da escola.

Esta é uma discussão muito profunda, mas longe de querer ir muito fundo, serão abordados aqui alguns aspectos para justificar uma necessidade de mudanças na proposta pedagógica curricular da escola a fim de se combater a indisciplina, adequar o currículo à realidade atual para que o processo ensino aprendizagem aconteça de forma mais efetiva.

Ainda existe um senso comum na sociedade, de que a escola deve preparar o aluno de forma autoritária. “A sociedade espera que a sala de aula seja um lugar de submissão, de doutrinação, de seleção natural, de domesticação.” (VASCONCELOS, 1994, p. 24). A sociedade espera também que o aluno saia da escola detendo o conhecimento científico das diversas disciplinas. Sob essa ótica, o papel principal da escola seria a construção do conhecimento técnico, ou seja, uma visão mais conteudista. Formação de conduta, caráter, cidadania é responsabilidade não só da escola, mas principalmente, da igreja, dos relacionamentos sociais ao longo da vida. A escola, neste caso, seria para ensinar Português, Matemática, Ciências, Filosofia, Educação Física etc. O foco seria o preparo para o Vestibular, concursos e qualificação para o mercado de trabalho.

Outra concepção, também esperada pelos pais, é que a escola absorva a proposta de apresentar ao aluno os conteúdos programáticos de cada disciplina, preparando-o para provas, vestibulares, concursos públicos, entrevistas de emprego e processos seletivos em geral para o mercado de trabalho. A escola, nessa visão, teria o papel de assegurar ao aluno um preparo para o mercado de trabalho. Isso pode fazer sentido para Saviani (2005), pois segundo ele, sem dominar aquilo que os dominantes dominam, os dominados não chegam a se libertar da dominação. De fato, muitos ainda enxergam a escola como trampolim para uma profissionalização.

No fundo, no entanto, a sociedade também espera que o aluno saia da escola como um indivíduo *educado*, e isso inclui obrigatoriamente aspectos como conduta, moral, valores. Nesse sentido entra em cena o conceito de formar o cidadão, e não apenas um técnico ou um detentor de conhecimentos científicos. (DEMO, 2007).

2.1 O Papel da Escola

A legislação brasileira é suficiente para dar uma resposta mais direta à pergunta sobre o papel da escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB contempla plenamente a tríade transmissão de conhecimentos/convívio em sociedade/preparação para o mercado de trabalho, proposta por Aquino (1996):

Art. 1º: [...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205, é consonante com essa concepção de escola e dos seus papéis, quanto trata da educação como:

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Nota-se, no entanto, no cotidiano escolar, que muitos professores e pais têm a ideia de que a escola teria como função transmitir conhecimentos, e que a formação do caráter, valores e conduta é papel exclusivo da família. Como se o aluno tivesse que vir de casa já “educado”, e fosse à escola apenas para aprender os conteúdos científicos a serem transmitidos pelos professores. Esta é uma mentalidade que precisa ser mudada antes que se inicie qualquer ação necessária para mudança que se deseja na educação em nível local e nacional.

Segundo Arroyo (2011), mais do que saber os conteúdos, a escola existe para levar os alunos a saberem mais de si mesmos. Todo o contexto social, político, geográfico, matemático, linguístico é muito mais do que simplesmente ficar na superfície dos tópicos de cada matéria, preso às caixinhas conteudistas de cada disciplina, previsto na grade curricular. Este termo, inclusive, já revela um aspecto de engessamento do sistema de ensino. Arroyo (2011) compara a grade curricular com a grade de uma prisão, feita para o que está dentro não saia, e o que está fora seja impedido de entrar.

O papel da escola não é simplesmente transmitir os conteúdos em cada um dos cinquenta minutos de cada aula, mas deve promover uma estrutura capaz de trazer o que se deseja estudar, vivenciar com os alunos. E que isso seja o mais próximo possível da realidade da comunidade onde a escola está inserida. Caso contrário, a escola continuará a não cumprir integralmente o seu papel. Conforme Arroyo:

[...] os educandos passarão anos na educação fundamental, completarão a educação média e sairão sem saber nada ou pouco de si mesmos, como crianças, adolescentes ou jovens-adultos no EJA. Poderão sair cominando conhecimentos a que têm direito, da natureza, das ciências, das letras, da história, do espaço, mas talvez não tivessem oportunidade de saber sobre suas vivências do espaço, da vida, do trabalho e da sobrevivência, nem sobre a história de seus coletivos. Conhecimentos fundamentais e que também têm direito como mestres e alunos. (ARROYO, 2011, p. 262).

A escola tem a finalidade de preparar o aluno para a cidadania. Isso significa instrumentar o aluno para a sociedade do conhecimento. Desta forma, ele deve sair preparado também e, principalmente, em termos dos conteúdos fundamentais que o permita atuar como cidadão. Para tanto, os conteúdos e o contexto da comunidade escolar, isto é, a realidade do aluno, são dimensões que precisam estar integradas à realidade da escola.

2.2 Mudanças na proposta curricular

Uma tendência que se observa ainda entre os professores é a postura reprodutivista em sua pedagogia. Segundo Aquino (1997), este é o paradigma em que o professor, detentor do conhecimento da classe dominante, tenta transmitir as informações às crianças que ainda nada sabem. A ideia é que, após essas informações – o conteúdo – terem sido transmitidas, cabe à criança demonstrar ao professor que aprendeu. A forma utilizada para isso é uma avaliação escrita, ou às vezes oral, quando a criança irá reproduzir as informações que o professor lhe transmitira durante as aulas. Caso a criança não consiga êxito nessa tarefa, é considerada incompetente, inapta, e passa-se a buscar as causas, que podem ser as mais diversas: falta de compromisso com os estudos, preguiça de estudar, não prestar a devida atenção nas aulas, não responder às questões que o professor manda por escrito, ou realmente alguma defasagem cognitiva que precisa ser avaliada e tratada o quanto antes.

Dessa forma, o processo educacional, ao longo dos tempos, e até hoje, tende a transformar a criança numa espécie de banco de dados, o que Freire (2005) chama de educação bancária, como se o professor depositasse a informação na criança, para depois a requerer, com juro e correção monetária. A inteligência da criança passa a ser um amontoado de informações, fórmulas e regras e modelos de problemas resolvidos, para serem decorados, memorizados e reproduzidos no momento de uma prova, teste ou avaliação para se medir seu rendimento na disciplina. Nas palavras de Freire:

A narração [...] conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em 'vasilhas', em recipientes a serem 'enchidos' pelo educador. Quanto mais vá 'enchendo' os recipientes com seus 'depósitos', tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente 'encher', tanto melhores educandos serão. (FREIRE, 2005, p. 66).

Mas este não é, definitivamente, o papel da escola. Aquino (1997) concorda com Freire (2005) no fato de que o trabalho da escola é o de fomentar a curiosidade, a indagação da criança, com reflexão, com questionamento. Não é o de difundir ou transmitir informações. O professor precisa distinguir o que é informação e o que é conhecimento. Na verdade, o currículo escolar é isso, desenvolver o conhecimento. Não é um conjunto de dados para que a criança se aproprie daquilo, como se fosse

possível, para simplesmente responder uma prova escrita, mostrando que consegue reproduzir a informação que lhe foi transmitida.

Para Vasconcelos (1994), escola boa é aquela que forma realmente o ser humano, que ajuda o ser humano a se constituir, a desabrochar em todas as dimensões. Quando se pensa nas dimensões básicas – aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais – a escola boa é a que dá conta disso, que não trabalha só com os aspectos cognitivos, mas com a questão do saber fazer e do saber ser. A escola boa é a que propicia esse desenvolvimento humano, essa abertura para o mundo e, num certo sentido, que qualifica essa abertura para o mundo.

Antunes (2011) faz alusão a um dito popular, de quando uma pessoa está com todo o suporte para uma realização, diz-se estar *com a faca e o queijo na mão*. No entanto, trazendo essa metáfora ao cotidiano escolar, os alunos na realidade necessitam de fome. Mesmo com tantos aspectos a serem revistos e reestruturados na escola, ela está aí, à disposição (a faca e o queijo), mas falta a fome. A grande tarefa do professor é causar a fome em seus alunos, para que eles desejem aprender. Não obstante, a falta de interesse nos estudos é uma queixa recorrente os professores.

Ainda para Antunes (2011), “o que não sei é um desafio, é aventura, é caminhada, é busca, é esperança, é descoberta, me faz acordar de manhã com vontade”. (ANTUNES, 2011, p. 13). Quando o aluno está numa aula maçante, em que não vê perspectiva naquele processo, a fome foi embora, o desafio deixa de existir, pelo fato de que é algo intangível, distante demais de qualquer coisa que se relacione com ele. Então, a tendência é que o sabor do desafio seja canalizado para outra coisa. O problema nesse caso é que qualquer outra atitude ou ocupação que não seja o objeto em estudo naquele momento fatalmente levará a uma atitude de indisciplina, que também é algo que desafia, com ar misterioso, pois não se sabe onde vai dar.

A sedução do mistério, do desafio, do desconhecido será direcionada para o conhecimento ou para a indisciplina. Normalmente, o que for mais tangível, aquilo que for percebido pelo aluno como mais provável de alcançar e de ter seu ego recompensado pelo prazer da descoberta.

Portanto, o currículo deve contemplar situações que confirmem ao aluno o prazer de aprender na aula, e não a sedução de se rebelar contra esta.

Essa mudança de visão é compartilhada com Aquino (1996):

Vale muito mais a tarefa de (re)construção de um determinado campo conceitual do que sua assunção imediata e inquestionável. Dessa forma, o trabalho educacional passa a ser não só a transmissão ou a mediação das informações acumuladas naquele campo, mas a (re)invenção do próprio modo de angariá-las: o olhar da matemática, da história, da biologia, da literatura, etc. (AQUINO, 1996, p. 52).

A partir dessas mudanças na proposta curricular, surge um novo olhar a respeito de indisciplina no ambiente escolar. No modelo atual tradicional, disciplina significa silêncio absoluto na sala de aula e total atenção ao monólogo do professor. A partir do momento em que o aluno não for mais apenas um reproduzidor das informações, mas for levado a fazer funcionar o pensamento lógico e crítico, um movimento diferente deverá ser criado no ambiente da sala de aula. Não um movimento caótico e desordenado, mas a disciplina deixará de ser vista como o silêncio absoluto para ser um aspecto que denote tenacidade, perseverança, obstinação, vontade de saber.

O próprio conceito epistemológico de currículo, que vem do latim *curriculum*, de *currere*, e significa correr, cumprir um percurso (PACHECO, 2009), denota essa ideia de movimento, de um processo dinâmico. Dessa forma, a ideia de currículo não é de algo que deva vir pronto para que a escola o cumpra rigorosamente, mas sim um programa baseado nas experiências, nas vivências da escola. Cada comunidade escolar possui uma realidade, onde seus membros têm histórias que trazem peculiaridades à comunidade onde estão inseridos. Essas histórias são histórias de vida, caminhos trilhados, e tudo isso deve ser levado em conta.

Nesse aspecto, não é coerente que haja uma grade curricular fixa, invariável e inflexível para todas as escolas de todo um estado brasileiro, por exemplo. No entanto, mesmo com um discurso de autonomia para cada estado ou município, muitas vezes a política atual força a seguir em todo o país uma grade curricular praticamente unificada. Isso se faz, por exemplo, pelo comodismo de simplesmente adotar e seguir os livros didáticos que são enviados para as escolas, que são os mesmos sugeridos e enviados para todo o país.

Uma política pública deve propor, mas frequentemente chama-se de proposta o que é modelo, método ou grade curricular. É preciso propor caminhos, levantando perguntas e gerando perguntas, experimentando caminhos, ao invés de pretender trazer saídas prontas e adoradas como bezerros de ouro. (KRAMER, 2007, p. 21).

Claro que esta é uma questão que precisa ser analisada dos dois lados. Além dessa heterogeneidade da sociedade a ser considerada na elaboração de um currículo, também há que se observar que não se pode delimitar, reduzir a escola dentro da realidade de sua comunidade. Fala-se hoje em mobilidade social, uma realidade que começa a se desenhar no Brasil, principalmente devido às transformações econômicas e políticas das duas últimas décadas. Se a economia permite uma mobilidade social, a escola deve fazer a sua parte, também favorecendo esse fato, e obviamente o currículo deve promover isso. Este é o outro lado dessa análise: o currículo também deve ir além da caixinha da realidade local, e permitir conhecimento e formação além, a fim de promover o avanço social. Talvez essa ideia confirme, sob este aspecto, o que diz Saviani (2005), a respeito de os dominados adquirirem a cultura dos dominantes, como requisito para que se possa chegar à dominante.

No entanto, percebe-se que a necessidade hoje na escola é realmente adequar a proposta curricular à realidade local.

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que seja criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõem. (PIAGET, 1982, p. 246).

Elaborar uma proposta curricular que contemple essas ideias e conceitos exige levar em conta os fatores sociais e culturais, tão relevantes para o processo educativo, porque implicam também a conquista da autonomia, da cooperação, enfrentamento e solução de problemas, responsabilidade, criatividade, todos os fatores intrínsecos à formação global do cidadão. O desenvolvimento pleno e a construção/aquisição de conhecimentos acontecem simultaneamente à conquista da autonomia, à cooperação e à inserção crítica da criança na sociedade.

2.3 Combate à evasão e à repetência

A elaboração de uma proposta curricular está ainda diretamente ligada a um problema enfrentado hoje na escola: o fracasso escolar, que inegavelmente é um fator causador de indisciplina. Não se denomina fracasso escolar apenas ao aspecto da reprovação ou da desistência, mas também um aluno que avança série após série, mas leva seus estudos de forma mecânica, estudando por estudar, como se

tivesse que ser um bom aluno porque seus pais o obrigam a estar na escola, e não vê qualquer importância prática e verdadeira na escola também pode ser considerado um fracassado escolar.

Independentemente da classe social, o fracasso escolar conduz à frustração. O aluno passa a atuar de modo antissocial, indisciplinadamente e, por isso, acaba sendo punido, já que a escola não encontra outros meios para combater a indisciplina, a não ser a repressão. E o fato de não conseguir não está na incompetência, mas muitas vezes porque a escola esbarra nas limitações de sua autonomia e na impossibilidade de mexer no seu currículo.

Um dos dificultadores do enfrentamento da problemática disciplinar é que o educador não dispõe de uma concepção, de um método, de uma ferramenta eficiente. De modo geral, está marcado pela concepção idealista: tem uma série de ideias bonitas sobre disciplina, mas não sabe por que não as consegue colocar em prática. Para isto concorrem a falta de análise dos determinantes, a falta de clareza de objetivos, a falta de mediações concretas, bem como a falta de interação entre estas três dimensões básicas. (VASCONCELOS, 1994, p. 17).

Quando o aluno é reprimido por indisciplina ou não vê sentido no que faz na escola, tem sua autoimagem prejudicada, e acaba sendo transferido da escola (nem sempre dando continuidade em outra instituição de ensino) ou sente-se totalmente desmotivado, e encara a escola como um fardo, algo desagradável e sem qualquer atrativo. Isso pode levar esse aluno a se juntar a grupos de adolescentes com características e visão semelhantes, o que acaba levando a práticas marginais. Ou pelo menos pode jogar fora um futuro que poderia ser brilhante, tanto como cidadão, como na parte profissional, social, econômica.

As questões ligadas à moral e à vida em grupo devem ser tratadas como conteúdos de ensino. Caso contrário, corre-se o risco de permitir que as crianças se tornem adultos autocentrados e indisciplinados em qualquer situação, incapazes de dialogar e cooperar. Isso faz parte do desenvolvimento de sua cidadania. Faz parte de sua formação.

Um aspecto muito importante para combater a indisciplina, além de tratar da proposta curricular, o resgate do professor como sujeito de transformação: acreditar que pode, que tem um papel a desempenhar muito importante, embora limitado. Acreditar na possibilidade de mudança do outro, de si e da realidade. Como diz Vasconcelos:

Já de algumas décadas vem ocorrendo um processo de imbecilização, de destruição do professor, que chegou até a atingir profundamente seu autoconceito, sua auto-imagem, sua auto-estima. Isto é uma perversidade em termos de País. As classes dominantes tiram vantagem desta situação em termos imediatos – um povo sem educação e cultura é mais facilmente manipulado –, mas é um suicídio coletivo a longo prazo. Estamos percebendo alguns sinais claros disto: a questão da violência está emergindo com tanta força, que assusta a todos, até os próprios dominantes. Por trás deste fato, há também, com certeza, um trabalho educacional malfeito, seja no sentido da negação da possibilidade do processo de humanização dos sujeitos, seja no sentido da anulação do caráter transformador do conhecimento. (VASCONCELOS, 1994, p. 237).

Não há solução fácil para a indisciplina. Mas é essencial trabalhar, dentro de uma proposta curricular, como conteúdos de ensino, as questões relacionadas à moral e ao convívio social e criar um ambiente de cooperação, ética e cidadania.

Para mudar a perspectiva em relação à indisciplina, é imprescindível que a escola se responsabilize cotidianamente por garantir um ambiente de cooperação, em que o valor humano, o respeito, a dignidade e a integridade marquem as relações. Ao mesmo tempo, é preciso ter em mente que conflitos sempre vão ocorrer e não é possível esperar o fim da formação para resolvê-los. A escola precisa trabalhar com a prevenção da indisciplina, e isso deve envolver todos os segmentos da comunidade escolar, e não apenas um coordenador disciplinar, que se fizer isso sozinho (como se fosse sua função resolver todos os casos de indisciplina na escola) trabalhará apenas “apagando o fogo dos incêndios” das ocorrências disciplinares.

3 DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA DA ESCOLA

Para que se obtenha o sucesso esperado no processo de aprendizagem e formação da criança ou adolescente, é fundamental a participação da família na formação e educação dos filhos. Não se pode jogar para a escola o dever de formar o cidadão. Há um ditado popular que diz que *a educação vem de berço*. De fato, a família tem papel fundamental na formação da criança e adolescente, que quando for jovem e adulto, independente, viverá de acordo com o caráter formado, com os valores adquiridos, os conceitos aprendidos.

Como citado anteriormente, a legislação brasileira prevê que a educação para a formação do cidadão é dever da família e do estado (primeiramente da família). Até porque os primeiros anos de vida, o contato da criança é com a sua família. E esse tempo também é fundamental na formação do ser.

Segundo Demo (2008) e Cury (2010), os distúrbios provenientes de uma educação familiar mal orientada podem resultar em problemas de aprendizagem. Há uma estreita relação entre o lar e a escola. A influência do lar como *habitat* da criança/adolescente juntamente com sua família é muito grande, principalmente na primeira infância e na adolescência. Essas são as fases críticas do desenvolvimento do ser humano, que sempre requerem um maior cuidado e atenção.

Apesar de todas as inovações introduzidas no relacionamento humano, a família ainda é considerada a melhor unidade social, a célula que, reunida às outras, formará o tecido social. A influência da família é historicamente considerada um elemento fundamental no caráter do indivíduo.

3.1 Aspectos familiares influenciam na vida escolar

Uma grande parte dos problemas educacionais infantis começa no lar. Podem-se destacar, por exemplo, os aspectos físicos e sociais, onde a falta de organização do lar tem influência na disciplina diária, nos horários, na rotina da vida dessa família. Uma casa onde não se tenha silêncio necessário à leitura, ao estudo, ao repouso, um local com brigas, discussões, certamente prejudicará o filho com perturbações emocionais e impossibilidade de realizar seus estudos domiciliares.

De acordo com Cury (2010), o clima emocional do lar também é fundamental, e isso depende muito do relacionamento entre pais e filhos. A harmonia do casal e o

trabalho igualmente dispensado a todos os filhos são elementos fundamentais para um clima emocional saudável. Uma criança incompreendida pelos pais, que sofre castigos violentos, ou submetidas a uma disciplina demasiadamente rígida faz com que se sintam não amadas e inseguras. Essa insegurança reflete-se na queda de sua aprendizagem e seu rendimento escolar. Por outro lado, pais muito liberais podem levar os filhos a se tornarem voluntariosos, querendo sempre que prevaleça sua própria vontade, sem qualquer ideia de limites.

Outro fator de grande influência é o nível cultural da família. Uma família constituída de pessoas que têm formação escolar mais avançada teoricamente tenderia a despertar na criança o gosto pela leitura. Esse capital de conhecimento adquirido antes da fase escolar da criança pode influenciar positivamente em seu aprendizado dos conteúdos. Os hábitos de estudo e a valorização da escola são passados pela tradição cultural da família. Assim, mesmo numa casa onde os pais não têm o grau de instrução elevado, é necessária sua consciência em mostrar ao filho que por meio dos estudos ele pode chegar a lugares bem mais interessantes do que seus pais. Mas isso nem sempre acontece, e se constatam alunos desinteressados pela escola pelo simples fato de que isso não lhe foi motivado pela família em nenhum momento da vida.

O nível socioeconômico da família também é um agente altamente influenciador no aparecimento de problemas de aprendizagem. Crianças oriundas de classes mais populares lutarão contra inúmeras dificuldades educacionais. A ausência de um conhecimento prévio, adquirido antes da fase escolar, a falta de hábito de leitura, de viagens ilustrativas e culturais, de cursos complementares, as questões emocionais já postas aqui, tudo isso são entraves contra as quais o aluno terá que lutar, mesmo sendo inteligentes e relativamente estudiosos.

Vasconcelos (1994) concorda que a questão da afetividade é o primeiro elemento para a aprendizagem. O ponto de partida do processo de conhecimento é a mobilização. O conhecimento novo se dá a partir do conhecimento prévio que não está sempre disponível. Para ser disponibilizado ele pede uma carga afetiva. A questão do interesse não é um detalhe, é fundamental. Se o aluno não tem motivação, não libera seu conhecimento prévio, portanto, não há matéria-prima para construir o novo conhecimento. O aluno apenas memoriza, devolve na prova e uma semana depois já esqueceu tudo, porque na verdade ele não aprendeu. O vínculo é fundamental do ponto de vista da aprendizagem.

Diante desses aspectos, a indisciplina pode, em muitos casos, ser consequência de questões familiares. Pode ser um fato pontual, momentâneo, já que o adolescente, com a instabilidade e imaturidade que é peculiar dessa fase, não consegue lidar com determinados acontecimentos e acaba por se envolver em alguma questão disciplinar na escola.

Porém, mais abrangente e profundo do que momentos pontuais, muitos alunos podem ser indisciplinados por aspectos de estrutura familiar.

A indisciplina seria indício de uma carência estrutural que se alojaria na interioridade psíquica do aluno, determinada pelas transformações institucionais na família e desembocando nas relações escolares. (AQUINO, 1996, p. 48).

Nesse caso, não se pode punir o aluno pela indisciplina que se trata de um problema de cunho psicológico/moral. Por outro lado, não se pode deixar passar de forma indiferente, permitindo ao aluno que justifique sua conduta inadequada aos *problemas de desestrutura familiar*. A responsabilidade é de todos os pares envolvidos no processo pedagógico: escola, aluno e família.

3.2 Importância da participação ativa da família na escola

Para um melhor embasamento que defenda a importância da participação ativa da família no acompanhamento da vida escola do filho, e no planejamento dos projetos e ações da escola, foi realizada uma pesquisa de campo com os pais dos alunos do CEF 15 Gama.

A coleta de dados foi feita a partir do questionário apresentado no Apêndice, ao final deste trabalho. Na última reunião de pais realizada no CEF 15 Gama, em novembro de 2012 foi explicado que até o final do ano todos os alunos da escola levariam um questionário para que, voluntariamente, fosse respondido pelos pais da forma mais sincera possível. Esse instrumento foi encaminhado por meio dos alunos em dezembro de 2012. Alguns pais entregaram ao pesquisador este questionário respondido ainda antes do término do ano letivo, que aconteceu em 20 de dezembro, e outros foram entregues em 2013, entre fevereiro e março.

Este instrumento não foi elaborado exclusivamente para esta monografia, Foi um instrumento utilizado pela equipe gestora da escola a fim de servir de base estatística para a elaboração do projeto político pedagógico da escola em 2013. No

entanto, dentre os itens propostos nesse questionário, o item 2, composto por 21 perguntas, contempla informações para o que se deseja tratar neste trabalho.

O assunto desse item é a participação da família no acompanhamento da vida escolar dos filhos, a participação da elaboração, execução e acompanhamento de projetos e ações na escola, bem como participação em Conselhos de classe, reunião pedagógica de pais e eventos da escola, como um momento de integração e aproximação do triângulo escola/aluno/família. O questionário na íntegra está apresentado no apêndice deste trabalho de monografia.

A amostra foi constituída de 224 famílias que responderam ao questionário, sendo 39 referentes a alunos que cursaram a 5ª série no ano de 2012, 101 de 6ª série, 55 de 7ª série e 28 de 8ª série, todas turmas regulares. Destes alunos, 91% permanecem estudando na escola, matriculados para o ano letivo de 2013. A tabulação dos dados está apresentada nas páginas a seguir.

5ª SÉRIE (39 questionários) - Satisfação com o envolvimento e participação

	EM RELAÇÃO:	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Nada a declarar
2.1	Ao incentivo que você recebe para participar das atividades escolares.	11	20	06	01	01
2.2	A sua iniciativa e participação nas atividades da Escola.	10	20	07	0	01
2.3	Ao respeito que você recebe dos professores e demais profissionais da Escola.	21	14	04	0	0
2.4	À atenção que é dada por parte dos profissionais da Escola às suas opiniões e dos demais Pais/Responsáveis.	14	17	07	01	0
2.5	Aos meios que a Direção da Escola utiliza para promover a participação dos Pais/Responsáveis no processo de ensino e aprendizagem.	10	22	05	01	01
2.6	Ao relacionamento entre professores e alunos.	14	17	07	01	0
2.7	A sua confiança nos professores do(s) seu(s) filho(s).	17	18	02	0	01
2.8	A sua confiança nos demais profissionais da Escola.	14	18	05	01	01
2.9	As formas adequadas existentes na Escola (caixas de sugestões ou outras) para efetuar reclamações e/ou sugestões.	08	17	07	03	01
2.10	A liberdade que é dada aos alunos para reclamar ou dar opiniões.	11	13	11	01	02
2.11	Às regras disciplinares da Escola que tendem favorecer a convivência democrática e cívica.	14	11	10	01	02
2.12	Às regras disciplinares da Escola que estimula a preservação do ambiente escolar.	13	13	11	01	0
2.13	Aos conflitos que são mediados de forma pedagógica.	08	22	04	0	03
2.14	Ao relacionamento que há entre Pais e os profissionais da Escola.	15	18	03	01	0
2.15	Ao seu relacionamento com os professores do(s) seu(s) filho(s).	16	16	06	0	0
2.16	Ao estímulo que os professores têm dado aos alunos para participarem democraticamente no seu dia a dia, dentro e fora da escola.	13	19	05	0	0
2.17	A sua recomendação dessa Escola para outras pessoas.	15	17	03	02	0
2.18	Ao incentivo dado às famílias para participarem na construção dos Projetos da Escola.	12	15	10	01	0
2.19	A colaboração da Escola junto às famílias na tentativa de combater a infrequência dos alunos às aulas.	16	17	02	02	0
2.20	As convocatórias feitas aos Pais/Responsáveis e alunos, são com antecedência adequada e especificam claramente as informações.	09	24	03	01	01
2.21	Ao atendimento realizado pela Equipe Gestora aos Pais/Responsáveis após uma convocatória.	15	18	04	01	0

Fonte: Serviço de Orientação Educacional do CEF 15 Gama

6ª SÉRIE (101 questionários) - Satisfação com o envolvimento e participação

	EM RELAÇÃO:	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Nada a declarar
2.1	Ao incentivo que você recebe para participar das atividades escolares.	19	46	22	06	08
2.2	A sua iniciativa e participação nas atividades da Escola.	22	41	24	06	06
2.3	Ao respeito que você recebe dos professores e demais profissionais da Escola.	39	42	09	06	03
2.4	À atenção que é dada por parte dos profissionais da Escola às suas opiniões e dos demais Pais/Responsáveis.	13	53	20	07	07
2.5	Aos meios que a Direção da Escola utiliza para promover a participação dos Pais/Responsáveis no processo de ensino e aprendizagem.	21	46	14	07	10
2.6	Ao relacionamento entre professores e alunos.	18	45	23	08	06
2.7	A sua confiança nos professores do(s) seu(s) filho(s).	35	42	13	03	07
2.8	A sua confiança nos demais profissionais da Escola.	19	47	21	03	06
2.9	As formas adequadas existentes na Escola (caixas de sugestões ou outras) para efetuar reclamações e/ou sugestões.	14	36	20	09	17
2.10	A liberdade que é dada aos alunos para reclamar ou dar opiniões.	15	51	13	09	09
2.11	Às regras disciplinares da Escola que tendem favorecer a convivência democrática e cívica.	24	41	16	06	09
2.12	Às regras disciplinares da Escola que estimula a preservação do ambiente escolar.	28	43	15	07	02
2.13	Aos conflitos que são mediados de forma pedagógica.	13	43	13	08	15
2.14	Ao relacionamento que há entre Pais e os profissionais da Escola.	18	43	23	04	06
2.15	Ao seu relacionamento com os professores do(s) seu(s) filho(s).	18	48	17	04	06
2.16	Ao estímulo que os professores têm dado aos alunos para participarem democraticamente no seu dia a dia, dentro e fora da escola.	22	48	14	08	05
2.17	A sua recomendação dessa Escola para outras pessoas.	33	40	17	04	04
2.18	Ao incentivo dado às famílias para participarem na construção dos Projetos da Escola.	25	44	15	08	06
2.19	A colaboração da Escola junto às famílias na tentativa de combater a infrequência dos alunos às aulas.	31	46	12	06	04
2.20	As convocatórias feitas aos Pais/Responsáveis e alunos, são com antecedência adequada e especificam claramente as informações.	23	51	13	06	06
2.21	Ao atendimento realizado pela Equipe Gestora aos Pais/Responsáveis após uma convocatória.	21	49	14	06	08

Fonte: Serviço de Orientação Educacional do CEF 15 Gama

7ª SÉRIE (55 questionários) - Satisfação com o envolvimento e participação

	EM RELAÇÃO:	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Nada a declarar
2.1	Ao incentivo que você recebe para participar das atividades escolares.	18	25	07	03	02
2.2	A sua iniciativa e participação nas atividades da Escola.	14	16	18	03	04
2.3	Ao respeito que você recebe dos professores e demais profissionais da Escola.	27	15	10	03	0
2.4	À atenção que é dada por parte dos profissionais da Escola às suas opiniões e dos demais Pais/Responsáveis.	19	21	06	03	04
2.5	Aos meios que a Direção da Escola utiliza para promover a participação dos Pais/Responsáveis no processo de ensino e aprendizagem.	15	24	09	04	03
2.6	Ao relacionamento entre professores e alunos.	19	22	11	03	0
2.7	A sua confiança nos professores do(s) seu(s) filho(s).	23	24	06	01	01
2.8	A sua confiança nos demais profissionais da Escola.	17	28	07	02	01
2.9	As formas adequadas existentes na Escola (caixas de sugestões ou outras) para efetuar reclamações e/ou sugestões.	16	18	09	07	05
2.10	A liberdade que é dada aos alunos para reclamar ou dar opiniões.	17	14	13	09	02
2.11	Às regras disciplinares da Escola que tendem favorecer a convivência democrática e cívica.	13	27	07	03	05
2.12	Às regras disciplinares da Escola que estimula a preservação do ambiente escolar.	15	25	13	0	02
2.13	Aos conflitos que são mediados de forma pedagógica.	11	26	06	04	07
2.14	Ao relacionamento que há entre Pais e os profissionais da Escola.	16	27	07	01	03
2.15	Ao seu relacionamento com os professores do(s) seu(s) filho(s).	18	25	04	01	04
2.16	Ao estímulo que os professores têm dado aos alunos para participarem democraticamente no seu dia a dia, dentro e fora da escola.	15	25	06	03	05
2.17	A sua recomendação dessa Escola para outras pessoas.	18	25	07	03	02
2.18	Ao incentivo dado às famílias para participarem na construção dos Projetos da Escola.	17	23	03	08	03
2.19	A colaboração da Escola junto às famílias na tentativa de combater a infrequência dos alunos às aulas.	18	22	33	05	06
2.20	As convocatórias feitas aos Pais/Responsáveis são com antecedência adequada e especificam claramente as informações.	13	29	07	04	02
2.21	Ao atendimento realizado pela Equipe Gestora aos Pais/Responsáveis após uma convocatória.	16	22	07	04	06

Fonte: Serviço de Orientação Educacional do CEF 15 Gama

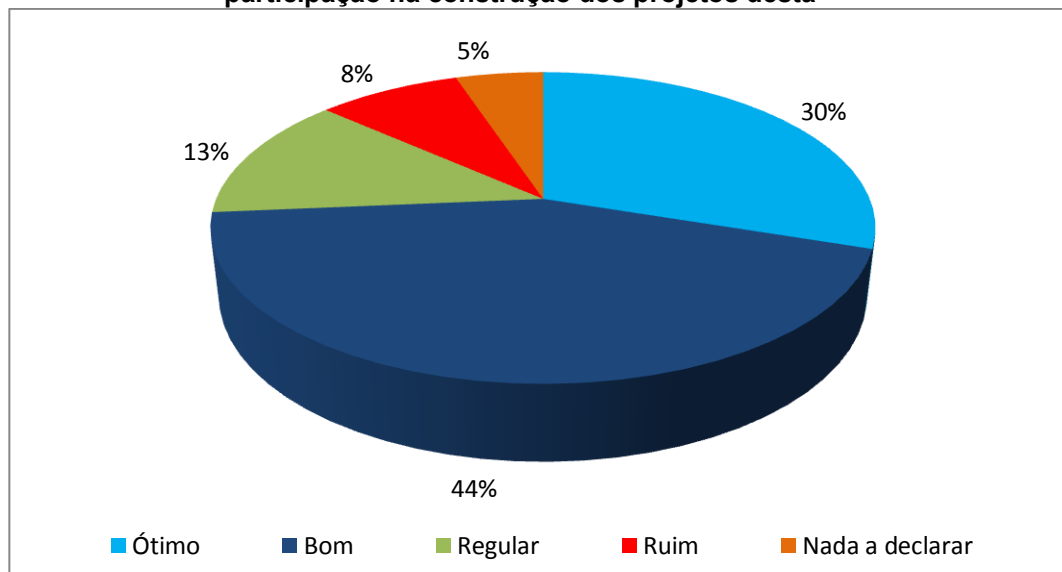
8ª SÉRIES (28 questionários) - Satisfação com o envolvimento e participação

	EM RELAÇÃO:	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Nada a declarar
2.1	Ao incentivo que você recebe para participar das atividades escolares.	11	12	05	0	02
2.2	A sua iniciativa e participação nas atividades da Escola.	07	13	05	02	02
2.3	Ao respeito que você recebe dos professores e demais profissionais da Escola.	14	12	01	0	02
2.4	À atenção que é dada por parte dos profissionais da Escola às suas opiniões e dos demais Pais/Responsáveis.	11	11	02	01	04
2.5	Aos meios que a Direção da Escola utiliza para promover a participação dos Pais/Responsáveis no processo de ensino e aprendizagem.	11	14	03	0	01
2.6	Ao relacionamento entre professores e alunos.	08	15	04	0	02
2.7	A sua confiança nos professores do(s) seu(s) filho(s).	12	09	03	01	05
2.8	A sua confiança nos demais profissionais da Escola.	07	15	03	01	03
2.9	As formas adequadas existentes na Escola (caixas de sugestões ou outras) para efetuar reclamações e/ou sugestões.	08	06	08	0	07
2.10	A liberdade que é dada aos alunos para reclamar ou dar opiniões.	10	11	02	02	05
2.11	Às regras disciplinares da Escola que tendem favorecer a convivência democrática e cívica.	10	12	02	0	05
2.12	Às regras disciplinares da Escola que estimula a preservação do ambiente escolar.	12	08	05	0	04
2.13	Aos conflitos que são mediados de forma pedagógica.	07	13	07	0	02
2.14	Ao relacionamento que há entre Pais e os profissionais da Escola.	09	14	03	0	03
2.15	Ao seu relacionamento com os professores do(s) seu(s) filho(s).	10	12	04	0	04
2.16	Ao estímulo que os professores têm dado aos alunos para participarem democraticamente no seu dia a dia, dentro e fora da escola.	12	13	01	01	02
2.17	A sua recomendação dessa Escola para outras pessoas.	15	06	03	01	04
2.18	Ao incentivo dado às famílias para participarem na construção dos Projetos da Escola.	11	12	03	01	02
2.19	A colaboração da Escola junto às famílias na tentativa de combater a infrequência dos alunos às aulas.	15	07	02	01	04
2.20	As convocatórias feitas aos Pais/Responsáveis e alunos, são com antecedência adequada e especificam claramente as informações.	15	09	03	0	02
2.21	Ao atendimento realizado pela Equipe Gestora aos Pais/Responsáveis após uma convocatória.	10	12	04	0	03

Fonte: Serviço de Orientação Educacional do CEF 15 Gama

Dentre as questões propostas nos questionários, há alguns pontos que merecem destaque de acordo com a proposta deste trabalho. O gráfico a seguir mostra o envolvimento da família na formação de ideias, sugestões, encaminhamentos e na construção dos projetos desenvolvidos pela escola. Há a necessidade de estreitar laços entre escola e a família, a fim de acompanhar o desenvolvimento da criança em todo o seu processo de aprendizagem, tanto no lar quanto na sua atividade na escola, numa parceria efetiva entre a escola e a família. Vale lembrar que a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais do aluno. Portanto, a participação efetiva da família na elaboração dos projetos da escola é o caminho mais natural para que esta possa caminhar mais próximo da realidade de sua comunidade, e desenvolver seu trabalho pedagógico voltado para essa realidade.

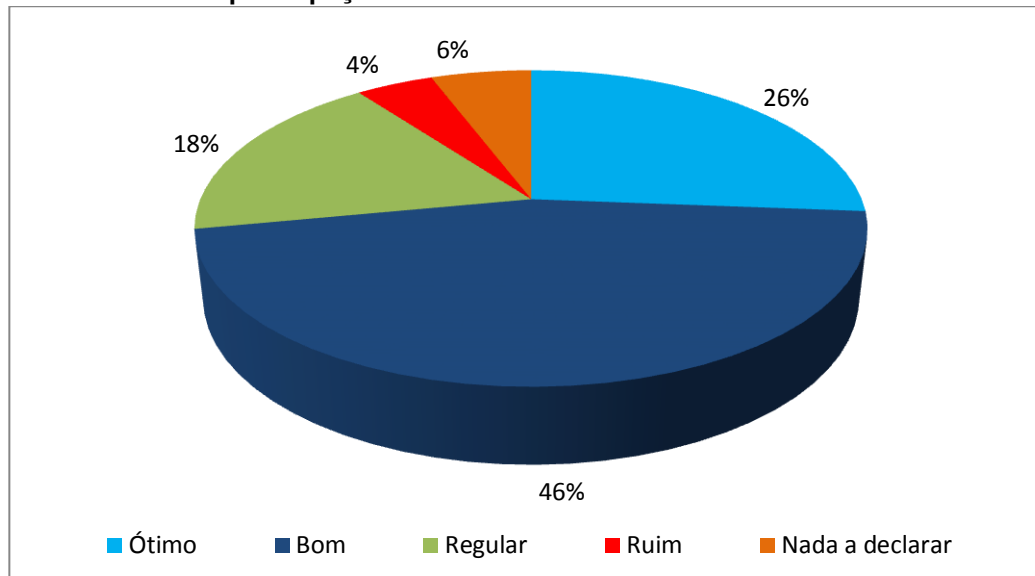
Gráfico 1 - Avaliação por parte da família com relação ao incentivo dado pela escola para participação na construção dos projetos desta



Fonte: Supervisão Pedagógica do CEF 15 Gama

Neste quesito, a amostra sugere que quase três quartos das famílias se sentem incentivados à participação efetiva na elaboração dos projetos da escola. Outro ponto importante se refere a como os pais se sentem incentivados pela escola a participar das atividades escolares do filho, acompanhando-o nas tarefas, processo de aprendizagem, relacionamentos, conflitos, enfim, em sua rotina escolar.

Gráfico 2 - Avaliação por parte da família com relação ao incentivo dado pela escola para participação nas atividades escolares do filho

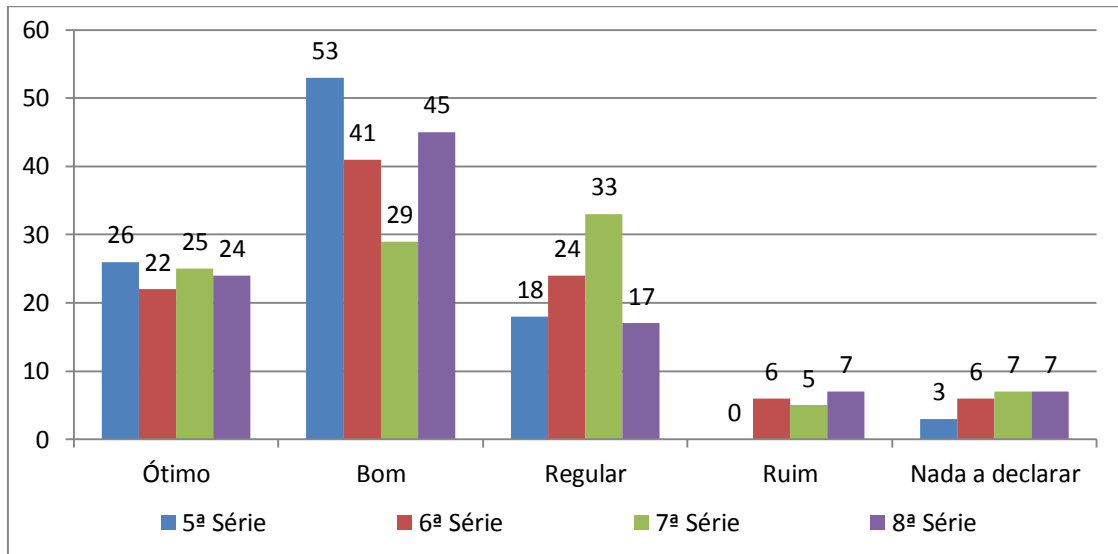


Fonte: Supervisão Pedagógica do CEF 15 Gama

Nota-se que mais de 70% das famílias consultadas se sentem incentivadas a acompanhar a vida escolar de seus filhos. Dessa forma, a questão passa a ser: Será que, mesmo incentivados, os pais estão de fato cumprindo seu papel de acompanhar o filho na rotina escolar? Foi pensado em inserir no instrumento de coleta de dados questões que abrangessem a forma de como esse acompanhamento tem sido feito. No entanto, devido a observações de alguns pais ao longo do ano, nas reuniões e em conversas informais, entendeu-se como mais prudente não abordar o assunto dessa forma, para que algum pai não se sentisse acuado ou interrogado, como se a escola quisesse interferir na autonomia de sua forma de educar o filho.

Assim, pelo instrumento que foi aplicado, o gráfico a seguir revela uma autoavaliação com relação à iniciativa e participação dos pais na vida escolar dos seus filhos.

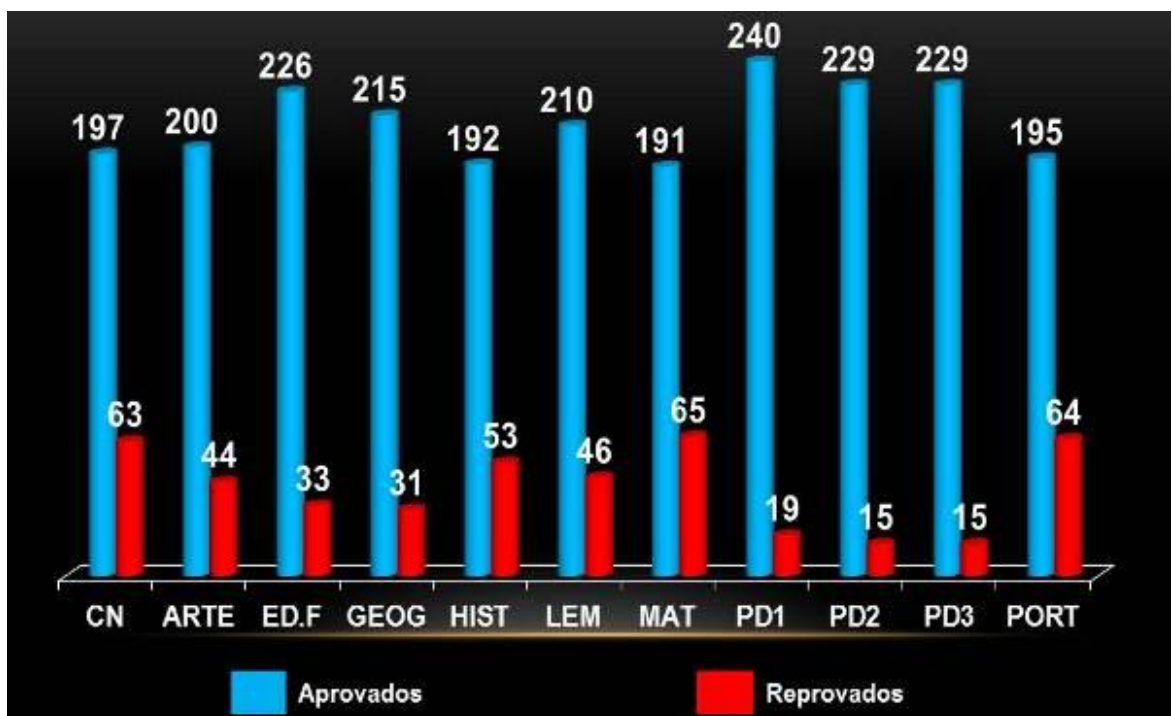
Gráfico 3 - Autoavaliação da família quanto à sua iniciativa e participação na vida escolar do filho



Fonte: Supervisão Pedagógica do CEF 15 Gama

Por este gráfico, nota-se que as turmas de 6ª e 7ª séries são as que possuem os pais menos participativos. Interessante comparar essa informação com o fato de que exatamente essas séries obtiveram os maiores índices de reprovação no ano letivo de 2012, conforme os gráficos apresentados a seguir, montados a partir dos dados fornecidos pelo SGE – Sistema de Gerenciamento Escolar, na secretaria da escola.

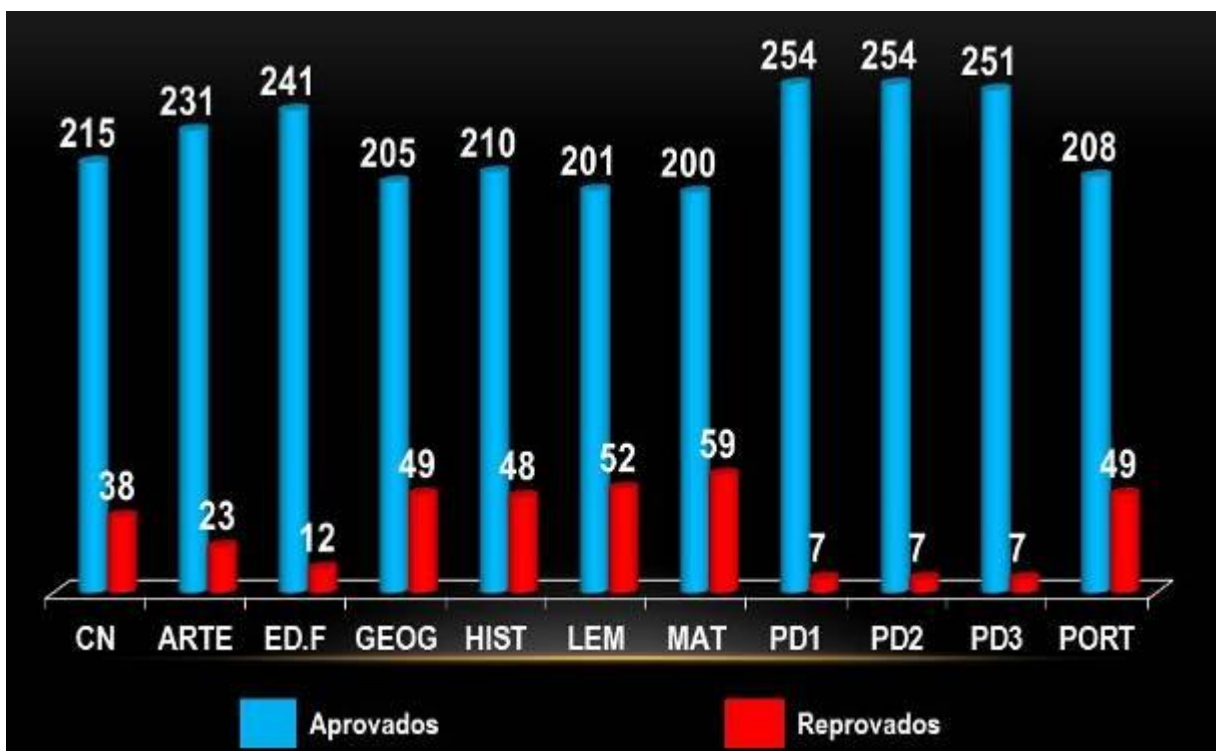
Gráfico 4 - Estatística de aprovação das turmas de 5ª série ano 2012



Fonte: Sistema de Gestão Escolar – SGE-SEDF

Para as turmas de 5ª série observa-se um rendimento que foi considerado razoável entre os professores do CEF 15 Gama. Isto significa que poderia ter sido melhor. No entanto, há suposições a se considerar, como a transição das séries iniciais para as finais, numa mudança profunda de instituição de ensino, a estrutura pedagógica que norteiam as duas modalidades (de um para uma dezena de professores, aulas mudando a cada 50 minutos, maior volume de conteúdo e exigências, estrutura do processo avaliativo). E tudo isso acontecendo num momento em que começam a acontecer profundas transições biológicas e psicológicas, em torno dos 10 ou 11 anos de idade.

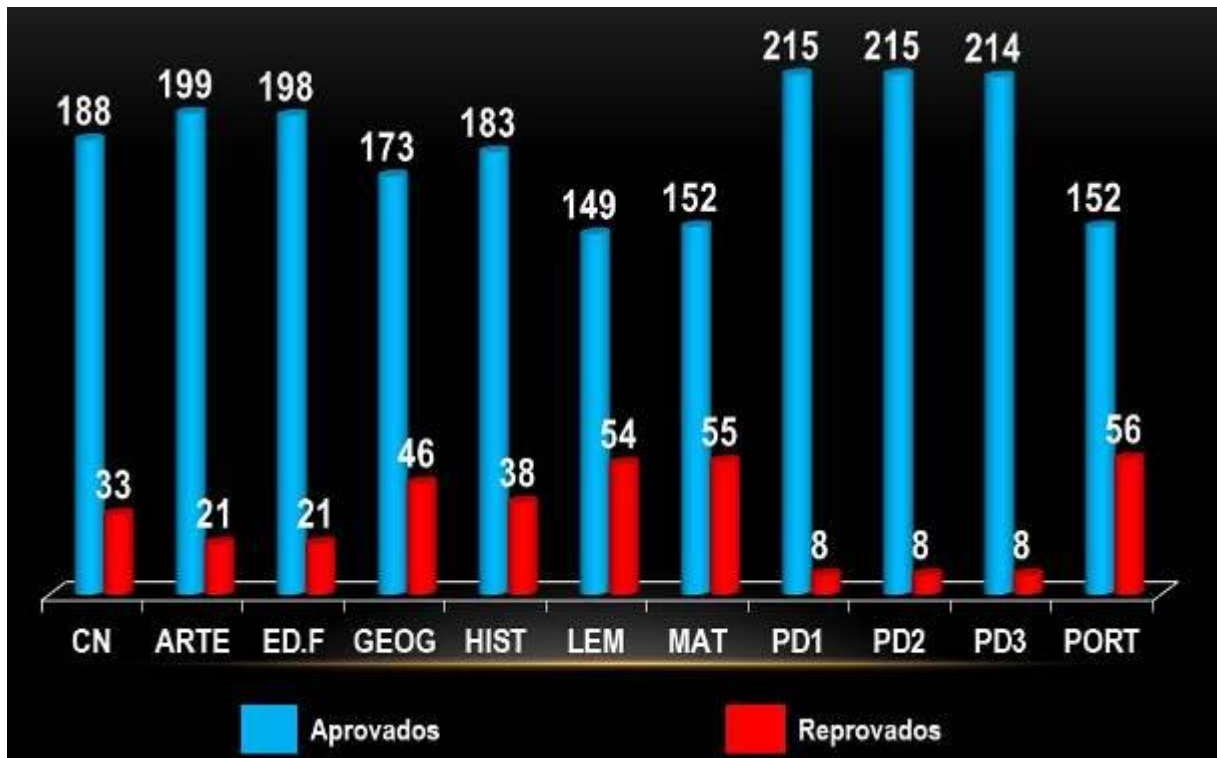
Gráfico 5 - Estatística de aprovação das turmas de 6ª série ano 2012



Fonte: Sistema de Gestão Escolar – SGE-SEDF

No caso das turmas de 6ª série percebeu-se um leve crescimento em relação às turmas de 5ª série. Os professores do CEF 15 Gama atribuem esse fato a uma *base significativa* que os alunos tiveram nesta escola no ano anterior, o que facilitou a compreensão dos conteúdos desta série.

Gráfico 6 - Estatística de aprovação das turmas de 7ª série ano 2012



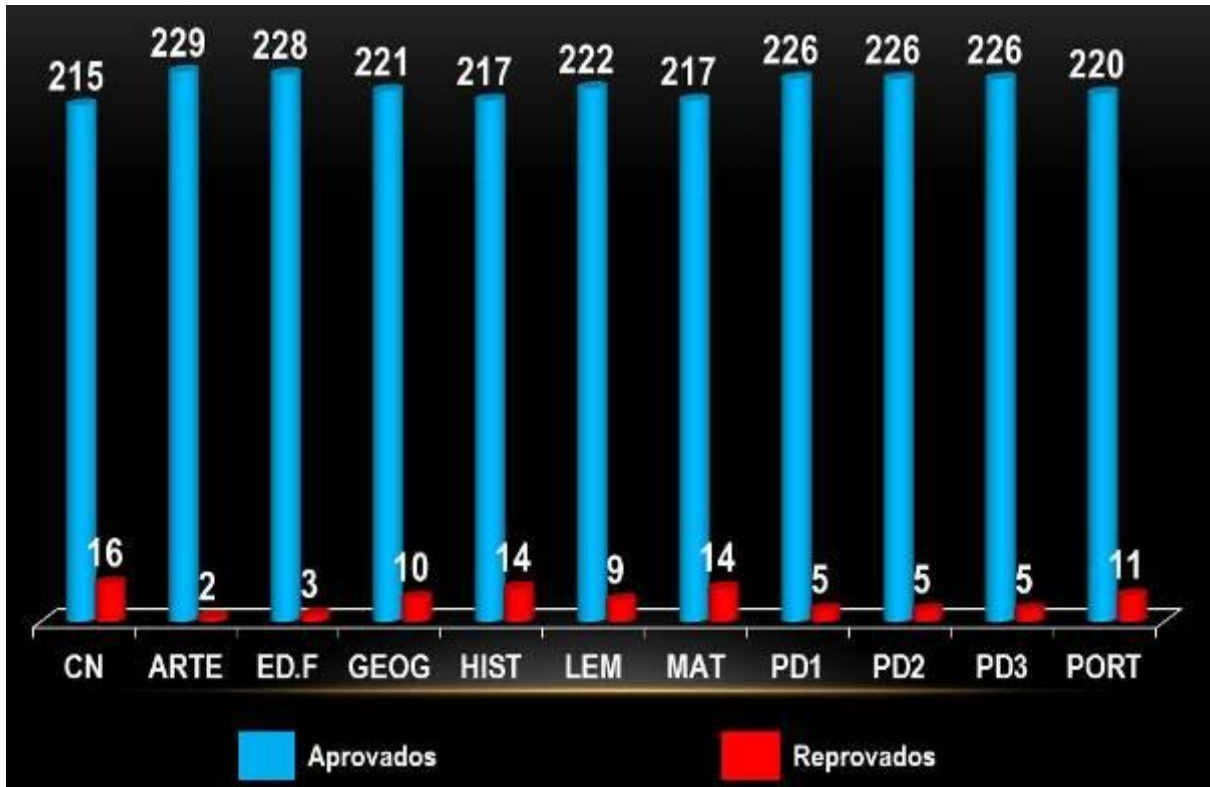
Fonte: Sistema de Gestão Escolar – SGE-SEDF

As turmas de 7ª série foram as que apresentaram pior resultado. Houve uma queixa ao longo do ano letivo de 2012 por parte dos professores dessas turmas a respeito da apatia em sala de aula, do desinteresse quanto aos estudos e dos inúmeros casos de indisciplina atendidos pela Coordenação Disciplinar da escola. Também foi a turma que menos teve acompanhamento dos pais, segundo a pesquisa realizada. De fato, os problemas mais graves atendidos pela Coordenação Disciplinar da escola ao longo do ano letivo de 2012 envolviam alunos das turmas de 7ª série.

No caso das três séries até aqui analisadas, o número de alunos retidos nas turmas é diferente do que aparece nos gráficos, devido a um processo previsto pela Secretaria de Estado de Educação denominado *Progressão Parcial com Dependência*. (GDF, 2010). O aluno que tiver sido reprovado em uma ou duas disciplinas tem a chance de progressão de série, sendo que no ano seguinte deverá cumprir essas disciplinas em algum regime de estudos, que podem ser com aulas presenciais em turno contrário, ou ainda por meio de trabalhos e avaliação a serem definidos, elaborados e aplicados pelos professores da própria escola ou da escola para onde o aluno tiver sido remanejado, caso isso tenha acontecido. Esse

quantitativo não está analisado nos gráficos, mas vale informar que a maior parte dos alunos reprovados progrediu para a série seguinte, sob esse regime de Dependência¹.

Gráfico 7 - Estatística de aprovação das turmas de 8ª série ano 2012



Fonte: Sistema de Gestão Escolar – SGE-SEDF

Diferentemente das outras, a 8ª série não faz jus aos Estudos de Dependência. Portanto, os alunos reprovados de fato ficaram retidos na 8ª série.

Nota-se nestes quatro gráficos, que o rendimento das turmas de 5ª e de 8ª série foram melhores do que os das turmas de 6ª e 7ª série. Se cruzarmos essas informações com as que são fornecidas pelo gráfico anterior a estes (intitulado *como você avalia sua iniciativa e participação na vida escolar de seu filho*), verifica-se que as turmas de melhor rendimento coincidem com as turmas dos alunos cujos pais avaliam participar melhor da vida escolar de seus filhos.

¹ Recurso pedagógico que permite à instituição educacional promover o aluno de um período de estudos para outro mais adiantado, com reprovação em até dois componentes curriculares de acordo com o Regimento Escolar. É permitida a progressão parcial com dependência para 6ª, 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental ou anos correspondentes ao Ensino Fundamental de 9 anos, e para a 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. (GDF, 2010, p. 51).

Analisando-se os números destes gráficos, entende-se que o rendimento pode ser ainda melhor. Comparando, por exemplo, as turmas de 8ª série, com as demais, estas tiveram índice de reprovação relativamente elevado.

No ano de 2012 havia uma queixa, por parte dos professores, de desinteresse de muitos alunos em relação aos estudos. Não realizar as tarefas, conversas paralelas atrapalhando as aulas, uma apatia de turmas inteiras, inclusive. A Direção e Supervisão Pedagógica realizaram reuniões extras com os pais dessas turmas específicas (2 turmas de 5ª série, 4 de 6ª, 3 de 7ª e 1 de 8ª) para tratar dessas questões e solicitar que eles fossem mais intensos na participação da vida escolar de seus filhos. Por outro lado, não apenas a cobrança dos pais foi suficiente como mostram os gráficos. Por isso, percebe-se a necessidade de uma reestruturação na proposta curricular da escola, a fim de trazer o aluno para a sala de aula – não apenas fisicamente, mas no interesse e na disposição para estudar – para que a aprendizagem possa ocorrer de fato.

O que se percebe no CEF 15 do Gama é que os pais têm comparecido à escola para as reuniões solicitadas pela escola. No entanto, não têm conseguido acompanhar e motivar os filhos para os estudos. Um dos motivos é o fato de os adultos da casa (pai e mãe) trabalharem fora, e passarem pouco tempo por dia com os filhos. Isso é o que a maioria deles afirma ou comenta nas reuniões. Na medida do possível, percebe-se uma preocupação dos pais em tentar incentivar os filhos quanto aos estudos e ao mesmo tempo há um maior acesso a recursos que facilitam e promovem o processo de ensino-aprendizagem, como livros, computadores, internet, revistas, jornais, filmes. A questão é que nem sempre os alunos utilizam esses recursos nem seu tempo para os estudos. Esse acesso deveria torná-los mais críticos, questionadores e participativos. Porém, nem todos conseguem utilizar essas ferramentas de forma consciente e produtiva, haja vista a grande quantidade de atendimentos na Coordenação Disciplinar da escola, bem como no nível de reprovação, ainda considerado elevado para os padrões que se deseja – e se pode – alcançar.

4 ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Diante da necessidade das mudanças na proposta curricular, na postura e mentalidade dos professores, da participação da família no processo pedagógico do filho, cabe a pergunta: como isso será executado?

A figura do Coordenador Pedagógico é fundamental para a articulação de todos esses processos. Mas, para que a escola possa colocar em prática as mudanças que se fazem necessárias, esta deve gozar de um mínimo de autonomia. Não adianta a escola continuar sendo reprodutora de um currículo e uma estrutura pedagógica imposta pela esfera governamental.

Se a escola deseja formar cidadãos críticos, pensantes, sujeitos de sua história e de suas ações, como pode a própria escola ser uma instituição engessada, que trabalha dentro de uma grade, uma estrutura dura, com um mínimo – ou nenhuma – condição de adequação à sua realidade e necessidades de sua comunidade escolar? Portanto, o início da mudança está em se conquistar uma desejada e desejável autonomia pedagógica e curricular.

4.1 Autonomia da escola na elaboração da proposta curricular

Falando em conquista de autonomia, este é um dos princípios defendidos, por exemplo, por Freire (2007, p. 47): “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

A razão de ser da escola está atrelada a seu papel na transmissão de conhecimentos sistematizados, por meio de disciplinas, e organizadas por uma grade curricular. Essa grade é um conjunto de conhecimentos a serem transmitidos de geração para geração. É assim que a escola existe enquanto instituição. Freire, no entanto, defende que a escola deve ir além.

Quando entro em uma sala de aula, devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, às suas inibições, um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 2007, p. 47).

Há alguns aspectos defendidos por Freire para a conquista e a prática de ir além, do ensinar, mais do que simplesmente transmitir conhecimentos. Primeiramente, precisa-se de uma consciência de que o ser humano em sua

essência é um ser inacabado. O mundo – e o mundo particular de cada ser humano – está sempre em construção, em constante mudança, em evolução e transformações. Ele chega a ser poético quando trata desse aspecto:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque não está dado como certo, inequívoco, irrevogável que sou ou serei decente, que testemunharei sempre gestos puros, que sou e que serei justo, que respeitarei os outros, que não mentirei escondendo o seu valor porque a inveja de sua presença no mundo me incomoda e enraivece. Gosto de ser homem, ser gente, porque sei que minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu 'destino' não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade. (FREIRE, 2007, p. 52-53).

Freire (2007) fala sobre a problematização do futuro, que se refere à preocupação com um currículo escolar. Diante desta colocação de Freire (2007), a preocupação da escola é exatamente em preparar o aluno para viver seu futuro da maneira mais digna, adequada e promissora possível, dentro dos moldes de cidadania que a sociedade exige.

Outro aspecto defendido por esse autor é que se faz necessário o respeito à autonomia do educando. Formar um cidadão é diferente de robotizar um ser humano. Ter um bom caráter é diferente de ser escravo. O ensino do respeito, da ética, da cidadania e de outros valores é importante, mas sem desconsiderar que o aluno é um ser humano pensante, autônomo, por isso mesmo chamado de indivíduo – com todas as suas individualidades. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 2007, p. 59).

O bom senso é extremamente adequado neste aspecto. O bom senso diz ao professor que exercer sua autoridade de tomar decisões, orientar atividades, estabelecer tarefas, cobrar a produção de cada aluno, individualmente ou em grupo, exigir respeito, boa conduta e rendimento não é autoritarismo, mas faz parte do papel do professor na escola. Por outro lado, o aluno deve saber que está na sala de aula para aprender, que a escola é um local de aprendizado, socialização, um lugar onde se forma um cidadão, e que ninguém está ali para vê-lo “se dando mal”, mas que cada profissional na escola exerce uma função e executa seu trabalho visando o aprendizado e a formação do aluno, direta ou indiretamente. Diante desse quadro,

segundo Freire (2007), humildade e tolerância são fundamentais para que o processo de aprendizagem seja efetivo.

Outro princípio para se elaborar um currículo adequado à realidade da escola é a necessidade de apreender a realidade dos alunos. A capacidade de aprender, não apenas para se adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas. Aprender, para nós, é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. Portanto, é importante que a realidade seja sempre um dado presente no processo ensino-aprendizagem.

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar. (FREIRE, 2007, p. 69).

Em um quadro de profunda transformação ideológica, epistemológica, conceitual e da prática pedagógica, é preciso ter em mente que a escola necessita de motivação para tal trabalho, pautada na alegria e na esperança. Há uma estreita relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança faz parte da natureza humana. E, segundo Freire (2007), A esperança de que, juntos, professores e alunos podem aprender, ensinar, produzir e, igualmente, juntos resistir aos obstáculos é a alegria de toda a comunidade escolar. O ensinar busca a conscientização das pessoas, pois o ser humano que tenha esperança é capaz de mudar realidades.

Ainda nesse aspecto, a escola precisa partir então do princípio de que a mudança é possível. Freire (2007), fala da necessidade de não aceitar o determinismo como um modo de explicação das desigualdades no mundo, mas como sujeitos interventores. Não visa à adaptação e sim à intervenção, visando uma mudança na realidade. Os educadores, além dos pais, devem conhecer seus alunos, não podendo desconsiderar os saberes dos grupos populares e a realidade histórica, política, social e econômica vivida por eles, pois todos estão inseridos num ciclo de aprendizagem. A essa atitude, corresponde a expulsão do opressor de

dentro do oprimido. Mudar é difícil, mas é possível, e a partir disto, programar as ações político-pedagógica a fim de se alcançar o que se espera na escola.

Diante dessa conjuntura, é importante concluir que a escola precisa de autonomia para elaborar sua proposta curricular. Segundo o Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme o parecer 62/99-CEDF, há, sim, nas escolas públicas do Distrito Federal, uma previsão para mínima autonomia, a fim de se trabalhar se trabalhar conteúdos específicos, em forma de projetos. Uma vez por semana, os alunos têm uma aula de Parte Diversificada, uma disciplina incluída na proposta curricular, onde o professor desenvolver um projeto distinto das diversas disciplinas que já estuda. Mas isso não significa que a escola tenha autonomia na proposta curricular. Até porque há muitas restrições na elaboração desses projetos, por parte da Secretaria de Educação. Além disso, há muitos obstáculos, como a dificuldade de o professor se interessar em trabalhar o projeto na escola, ou até recursos de espaço, estrutura física e de material para se trabalhar.

Ainda no que tange à autonomia da escola, o que na prática se verifica é que a ineficiência de uma estrutura educativas intermédias, capaz de gerar políticas transformadoras das condições do ensino, acaba provocando um isolamento das escolas, e uma sonhada autonomia curricular se limita ao desenvolvimento de projetos.

Segundo Vasconcelos (2007), embora ao poder central caiba assegurar a coerência de uma política educativa nacional, a descentralização só será efetivamente um processo de autonomia se conseguir protagonizar mudanças em nível interno das escolas, traduzida numa maior responsabilização curricular dos atores locais, não só em nível da execução, mas também da concepção do próprio currículo, consubstanciando uma maior capacidade de resolução de problemas por parte das escolas, dos professores, pais, enfim, num processo que envolva toda a comunidade escolar, como teoricamente sugeriria uma corrente chamada gestão democrática.

4.2 Ações do coordenador pedagógico

Frente ao que foi exposto neste trabalho, os desafios do coordenador pedagógico são vários. Resumidamente, este deve buscar meios, caminhos e atalhos para que o trabalho na escola flua da melhor forma possível. Suas ações

deve partir das relações do cotidiano da escola e da prática desses caminhos e atalhos a serem construídos e seguidos.

4.2.1 Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação

Talvez a maior das preocupações seja a de certificar de que o trabalho do professor está fluindo bem em sala de aula.

Muito se discutiu e até se sonhou neste trabalho. No entanto, a sala de aula é o que se tem de palpável, de concreto. A ideia é a de começar por aí, pelo que se tem de consistente. (ANTUNES, 2011).

A escola tem uma coordenação coletiva semanal e uma coordenação por área de atuação, também semanal. Especialmente na coordenação por área de atuação deve-se sugerir, compartilhar e verificar o planejamento dos professores, tentando adequar todo o planejamento de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola.

O mesmo deve ser feito com a avaliação. Verificar o processo avaliativo de cada professor e adequá-lo da melhor forma possível de acordo com a realidade da comunidade escolar e do que se trabalha em sala de aula.

Este espaço da Coordenação Pedagógica foi a conquista de uma longa luta da classe do Distrito Federal e não se pode abrir mão disso. É um espaço demasiadamente precioso para que se realize todo o planejamento, troca de experiências, ideias, sugestões, encaminhamentos, adequações, propostas, projetos. É um espaço, onde o professor cresce, ajuda e passa a ser ajudado em todos os aspectos.

4.2.2 Promover formação continuada aos docentes

O espaço da coordenação pedagógica deve funcionar também como formação continuada para os docentes, principalmente num cenário de mudanças como se propõe neste trabalho.

Como transformar a escola? O primeiro passo é transformar de maneira coerente e consistente o processo de formação do professor, senão teremos uma escola transformada arquitetonicamente, mas não uma sala de aula transformada em suas vivências e práticas. (ANTUNES, 2003, p. 9).

Uma proposta de transformação tão profunda não se faz da noite para o dia, nem com uma palestra ou um curso de algumas dezenas de horas. É uma realidade que talvez leve mais de uma geração para se ajustar. Mais do que teoria, as coisas acontecerão na prática pedagógica, e o espaço para uma constante formação continuada é imprescindível.

A coordenação sempre busca informar-se de cursos, palestras, eventos, amostras, feiras, exposições que possam interessar e trazer alguma atualização ou aperfeiçoamento para os docentes.

Além disso, nas reuniões de coordenação pedagógica, os coordenadores sempre trazem textos, vídeos ou materiais para serem trabalhados, discutidos, enfim, algo que possa colaborar com o trabalho do professor em sala de aula, ou mesmo que provoque uma reflexão do seu trabalho como profissional de ensino.

4.2.3 Envolver a família do aluno no processo educativo

A importância da participação da família foi discutida neste trabalho. É um processo de rotina, que envolve toda a comunidade escolar, Direção, funcionários, professores, secretaria, coordenadores pedagógicos, de forma estimular a participação ativa da família na escola.

A estruturação escolar não poderá ser pensada apartada da familiar. Em verdade, são elas as duas instituições responsáveis pelo que se denomina educação num sentido amplo. Só que o processo educacional depende da articulação desses dois âmbitos institucionais que não se justapõem. Antes, são duas dimensões que, na melhor das hipóteses, complementam-se, articulam-se. (AQUINO, 1996, p. 46).

Uma preocupação da coordenação pedagógica no CEF 15 Gama é a de fazer valer o modelo de reunião de pais que foi proposto no Projeto Político Pedagógico da escola. Bimestralmente os pais são chamados à escola a fim não apenas de pegar o boletim do filho, mas de participar de debates a respeito de como melhorar o processo educativo para o bimestre seguinte, no que diz respeito tanto à prática docente quanto à postura do aluno em sala de aula e no seu comprometimento com o estudo, na escola e fora dela. A participação ativa dos pais na elaboração, execução e avaliação de projetos e ações na escola, sejam científicas, pedagógicas ou simplesmente recreativas que na verdade possuem um fundo pedagógico de aproximação afetividade do triângulo escola/aluno/família.

4.2.4 Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Durante a semana pedagógica, no início do ano letivo de 2013, na reunião de organização da equipe de Direção, Coordenação Pedagógica, Coordenação Disciplinar, SOE e Sala de Recursos, foi decidido que todos esses setores da escola se propõem a dar todo o suporte que for necessário ao professor para que este se sinta bem à vontade para desenvolver os eu trabalho em sala de aula.

Autoestima, motivação e entusiasmo é um assunto muito profundo, e não é a proposta deste trabalho tratar disso tão detalhadamente. No entanto, podem-se fazer algumas considerações importantes.

Em todas as coordenações debatem-se os problemas que os professores têm enfrentado em sala, e buscam-se sugestões de soluções e encaminhamentos para essas questões. O professor deve estar entusiasmado, ser motivado a continuar, apesar das dificuldades.

Os mestres fascinantes podem ser desprezados e ameaçados, mas sua força é imbatível. São incendiários que inflamam a sociedade com o calor de sua inteligência, paixão e singeleza. São fascinantes porque são livres, são livres porque pensam, pensam porque amam solenemente a vida. São promotores de autoestima. Dão uma atenção especial aos alunos desprezados, tímidos, e que recebem apelidos pejorativos [...]. (CURY, 2010, p. 152).

Esse perfil de professor só é possível se com a autoestima elevada, com esperança de que seu trabalho não é em vão. O coordenador pedagógico deve separar nas reuniões esses momentos de motivação, bem como na vivência do cotidiano escolar pode ser também uma figura que se mostre entusiasmada e esperançosa.

O que se ouve dos professores nas coordenações é que para estar motivado não se necessita de ter ambientes sofisticados ou eventos especiais ou com pessoas importantes, por exemplo. Mas a motivação vem da simples satisfação de perceber a importância da sua função para o objetivo final da escola, que é a aprendizagem do aluno. Valorizar o professor chamando-o a participar da elaboração de propostas que tragam resultados, ouvir suas sugestões para os diversos projetos, ações e na dinâmica da escola significa respeito e envolvimento nos resultados. E mais basicamente que isto: que o professor tenha condições de desenvolver em sala de aula o trabalho que foi planejado.

CONCLUSÃO

O modelo tradicional de educação que se pratica ainda hoje não é coerente mais com a realidade da sociedade. O mundo mudou, a sociedade mudou, as relações familiares e afetivas mudaram, o aluno mudou, e a escola precisa mudar.

A indisciplina no ambiente escolar, apesar de não ser algo novo, tem aspectos novos. As formas de se lidar com a indisciplina são novas e requerem muito cuidado para não piorar as coisas.

Aparece diante da escola um aluno novo, um novo sujeito histórico, mas ainda se guarda como padrão pedagógico a imagem daquele aluno temeroso e submisso. Nessa imagem de outrora, professor e aluno portavam papéis bem delineados. O primeiro como o general autoritário, detentor do conhecimento a ser transmitido, e o segundo um soldadinho de chumbo pronto a obedecer às ordens.

As práticas pedagógicas que funcionavam na atualidade não são mais adequadas, e isso mexe com os professores, com os alunos, as famílias, a sociedade. Todos se frustram.

No âmbito escolar, mudanças tão profundas necessariamente passam pela proposta curricular. No Distrito Federal há um movimento intenso de alteração na estrutura pedagógica e curricular. Neste ano de 2013, o CEF 15 Gama e todo o Ensino Fundamental Anos Finais das escolas públicas do Distrito Federal estão vivendo dois momentos: um de alteração do currículo fundamental, que trata dos conteúdos a serem trabalhados nas diversas disciplinas. Outro, bem mais impactante, numa perspectiva de mudança de seriação do Ensino Fundamental para **ciclos**, num modelo semelhante ao que já foi adotado em vários outros estados do Brasil, posteriormente abandonado por alguns, sustentado por outros. Essa mudança gera polêmicas, com reprovação de quem tem conhecimento do fracasso em outros estados, e com expectativa positiva de que pode dar certo no DF.

De qualquer forma, é uma grande oportunidade de fazer valer a voz da escola, lutar pela autonomia desejável para que a escola possa fazer as alterações necessária em seu currículo, a fim de otimizar o processo pedagógico, minimizando os problemas disciplinares e otimizando a aprendizagem e a formação plena do aluno, que é a razão da existência da instituição chamada escola.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Relações interpessoais e autoestima**: a sala de aula como um espaço do crescimento integral. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ANTUNES, Celso; ALVES, Rubem. **O aluno, o professor, a escola**: uma conversa sobre educação. Campinas: Papirus 7 Mares, 2011.
- AQUINO, Júlio G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, Júlio G. (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.
- AQUINO, Júlio G. **Erro e fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, Vozes, 2011.
- ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1988.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.
- DE LA TAYLLE, Yves J. J. M. R. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Julio G. (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.
- DEMO, Pedro. **Aprender bem/mal**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- _____. **Grandes pensadores em educação**: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GDF – Governo do Distrito Federal. **Manual da Secretaria Escolar**. Brasília, 2010.

GOMES, Nilma L. **Indagações sobre currículo**: Diversidade e currículo. BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra D.; NASCIMENTO, Aricélia R. (Orgs.) Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra D.; NASCIMENTO, Aricélia R. (Orgs.). **Ensino fundamental de 9 anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PACHECO, José A. Currículo: entre teorias e métodos. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, mai/ago 2009.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

VASCONCELOS, Celso S. **(In)disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1994.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 15 DO GAMA
EQ 5/11 Setor Sul – Gama; Fones: 3901-8077 e 3901-8075



A escola existe para atender a sociedade. A integração das famílias no processo pedagógico é garantida tanto pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), bem como pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Reconhece-se a importância da família e da sua colaboração no processo educativo e a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola.

Com este **questionário** pretende-se conhecer o grau de satisfação dos Pais/Responsáveis relativamente ao ensino que os seus filhos/educandos recebem na escola que frequentam, e a percepção que têm sobre o seu funcionamento global e sobre o relacionamento que mantêm com a Escola.

IDENTIFICAÇÃO

1. **Nome do Aluno(a) (opcional):**

2. **Nome do Responsável (opcional):**

3. **Idade do Responsável:** _____ **Sexo:** () Masculino () Feminino

4. **Profissão:**

5. **Cidade/Estado onde**

mora: _____

Assinale com um **X** a questão que melhor expressa sua opinião sobre seguintes itens referentes ao **CEF 15 Gama em 2012**.

1. SATISFAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

	EM RELAÇÃO:	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NADA A DECLARAR
1.1	Ao conhecimento do Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP).					
1.2	Ao conhecimento do Regimento Interno da Escola.					
1.3	Ao ensino que é dado ao(s) meu(s) filho(s), tem correspondido às minhas expectativas.					
1.4	A confiança que tenho na Escola.					
1.5	A organização e o funcionamento da Escola.					
1.6	A segurança na circulação dos alunos no espaço físico da Escola.					
1.7	As informações periódicas sobre os progressos e dificuldades do(s) meu(s) filho(s).					
1.8	A satisfação no atendimento que a Escola proporciona aos Pais/Responsáveis.					
1.9	As normas disciplinares da Escola que busca estabelecer um bom clima escolar.					
1.10	A preocupação que a Escola tem em desenvolver no(s) meu(s) filho(s) o respeito e a tolerância ao próximo.					
1.11	Aos conflitos que surgem na Escola e a formas como são mediados.					
1.12	As instalações da Escola quanto ao bom estado de conservação, higiene e segurança.					

No seu entender, o que falta para estar mais satisfeito com a organização da Escola?

2. SATISFAÇÃO COM O ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO

	EM RELAÇÃO:	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NADA A DECLARAR
2.1	Ao incentivo que você recebe para participar das atividades escolares.					
2.2	A sua iniciativa e participação nas atividades da Escola.					
2.3	Ao respeito que você recebe dos professores e demais profissionais da Escola.					
2.4	À atenção que é dada por parte dos profissionais da Escola às suas opiniões e dos demais Pais/Responsáveis.					
2.5	Aos meios que a Direção da Escola utiliza para promover a participação dos Pais/Responsáveis no processo de ensino e aprendizagem.					
2.6	Ao relacionamento entre professores e alunos.					
2.7	A sua confiança nos professores do(s) seu(s) filho(s).					
2.8	A sua confiança nos demais profissionais da Escola.					
2.9	As formas adequadas existentes na Escola (caixas de sugestões ou outras) para efetuar reclamações e/ou sugestões.					
2.10	A liberdade que é dada aos alunos para reclamar ou dar opiniões.					
2.11	Às regras disciplinares da Escola que tendem favorecer a convivência democrática e cívica.					
2.12	Às regras disciplinares da Escola que estimula a preservação do ambiente escolar.					
2.13	Aos conflitos que são mediados de forma pedagógica.					
2.14	Ao relacionamento que há entre Pais e os profissionais da Escola.					
2.15	Ao seu relacionamento com os professores do(s) seu(s) filho(s).					
2.16	Ao estímulo que os professores têm dado aos alunos para participarem democraticamente no seu dia a dia, dentro e fora da escola.					
2.17	A sua recomendação dessa Escola para outras pessoas.					
2.18	Ao incentivo dado às famílias para participarem na construção dos Projetos da Escola.					
2.19	A colaboração da Escola junto às famílias na tentativa de combater a infrequência dos alunos às aulas.					
2.20	As convocatórias feitas aos Pais/Responsáveis e alunos, são com antecedência adequada e especificam claramente as informações.					
2.21	Ao atendimento realizado pela Equipe Gestora aos Pais/Responsáveis após uma convocatória.					

No seu entender, o que falta para se sentir mais envolvido e mais participativo na vida da escola?

3. SATISFAÇÃO COM A ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS

	EM RELAÇÃO:	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NADA A DECLARAR
3.1	Ao seu conhecimento do horário de atendimento dentro do ambiente escolar.					
3.2	Ao seu conhecimento dos profissionais da Escola, aos quais deve se dirigir para tratar de assuntos específicos.					
3.3	As suas informações referentes às atividades de complemento curricular (extraclasse).					
3.4	As suas informações sobre as atividades da Escola e sobre os serviços de apoio que oferece.					
3.5	A forma de atendimento prestado pela Escola quando deseja tratar de qualquer assunto.					
3.6	A privacidade quanto ao atendimento recebido na Escola.					
3.7	A preocupação que a Escola tem de atender em tempo hábil suas solicitações.					
3.8	A sinalização do espaço escolar a fim orientar as pessoas que não frequentam a Escola.					
3.9	Ao funcionamento do sistema de controle de entradas e saídas na Escola.					
3.10	Aos serviços da Secretaria quanto às suas instalações para atendimento do público em termos de acessibilidade e de espaço.					
3.11	Aos servidores auxiliares que lidam habitualmente com o público e que devem estar claramente identificados.					
3.12	As informações prestadas aos Pais/Responsáveis dos meios pelos quais podem pedir informações, esclarecimentos e fazer reclamações.					
3.13	As informações prestadas, se são sempre claras e atualizadas aos alunos e às famílias.					

No seu entender, o que falta para estar mais satisfeito com a acessibilidade aos serviços?

4. SATISFAÇÃO COM RESULTADOS E SERVIÇOS

	EM RELAÇÃO:	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NADA A DECLARAR
4.1	Ao apoio e ensinamento dado ao(s) seu(s) filho(s) pelos professores.					
4.2	Ao auxílio que os alunos com dificuldade recebem por parte dos professores.					
4.3	As informações que você recebe sobre os progressos e dificuldades do(s) seu(s) filho(s).					
4.4	As orientações que você recebe de como o(s) seu(s) filho(s) deve(m) estudar.					
4.5	As informações repassadas pela Escola sobre os cursos e as saídas vocacionais para os alunos.					
4.6	As suas informações sobre o atendimento realizado pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE) da Escola.					
4.7	Ao atendimento prestado pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE) da Escola ao(s) seu(s) filho(s), quando necessário.					
4.8	A contribuição do Apoio Educativo (Educação Integral, Sala de Leitura e Laboratórios) disponível na Escola, no intuito de melhorar o processo de aprendizagem dos alunos.					
4.9	A contribuição dada pela Sala de Recursos aos alunos inclusos, a fim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem.					
4.10	As atividades extracurriculares como: visitas de estudo, exposições, palestras, clubes, campeonatos, etc., promovidos pela Escola.					
4.11	Aos serviços prestados pela Biblioteca.					
4.12	Aos serviços prestados pelo Refeitório.					
4.13	Aos serviços prestados pela Lanchonete.					
4.14	Ao aproveitamento do tempo destinado à aprendizagem que o(s) seu(s) filho(s) recebe na sala de aula.					
4.15	Ao processo de desenvolvimento realizado pelos professores, a fim de que os alunos adquiram hábitos de estudo e de trabalho autônomo.					
4.16	Aos critérios e instrumentos de avaliação que são aplicados ao(s) seu(s) filho(s), se condizem com o ensino que é desenvolvido na Escola.					

No seu entender, o que falta para estar mais satisfeito com os serviços e resultados oferecidos pela escola?

Muito obrigado pela sua colaboração.